



# DIÁLOGOS E REFLEXÕES

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS COM INDÍGENAS



Instituto de Mudanças Climáticas  
e Regulação de Serviços Ambientais





## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

**Tião Viana**

Governador do Estado do Acre

**Carlos César Correia de Messias**

Vice-Governador do Estado do Acre

**José Fernandes do Regô**

Secretaria de Estado de Articulação Institucional

**Márcia Regina de Sousa Pereira**

Casa Civil do Gabinete do Governador

**Mâncio Lima Cordeiro**

Secretaria de Estado da Fazenda

**Flora Valladares Coelho**

Secretaria de Estado de Gestão Administrativa

**Ilmara Rodrigues Lima**

Secretaria de Estado de Turismo e Lazer

**Márcio Veríssimo Carvalho Dantas**

Secretaria de Estado de Planejamento

**Nilson Mourão**

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

**João Paulo Santos Mastrangelo**

Secretaria de Estado de Floresta

**Lourival Marques de Oliveira Filho**

Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

**Mauro Jorge Ribeiro**

Secretaria de Estado de Agropecuária

**Carlos Edegard de Deus**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente

**Edvaldo Soares de Magalhães**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia

**Ildor Reni Graebner**

Secretaria de Estado de Segurança Pública

**Wolvenar Camargo Filho**

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras Públicas

**Daniel Queiroz de Sant'Ana**

Secretaria de Estado de Educação e Esporte

**Suely de Souza Melo da Costa**

Secretaria de Estado de Saúde

**Leonildo Rosas Rodrigues**

Secretaria de Estado de Comunicação

**Antônio Torres**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

**Wolvenar Camargo Filho**

Secretaria de Estado de Habitação e Interesse Social

**José Carlos Reis da Silva**

Secretaria de Estado de Pequenos Negócios

**Maria da Conceição Maia de Oliveira**

Secretária de Estado de Políticas para Mulheres

**Emylson Farias da Silva**

Secretaria de Estado de Polícia Civil

**Adauto Ferreira de Albuquerque**

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Social do Acre - FADES

**Irailton de Lima Sousa**

Instituto Estadual de Desenvolvimento de Educação Profissional Dom Moacir Grechi

**Sebastião Fernando Ferreira Lima**

Instituto de Meio Ambiente do Acre

**Vanderlei Freitas Valente**

Agência Estadual Reguladora de Serviços Públicos

**José de Anchieta Batista**

Instituto de Previdência do Estado do Acre - Acreprevidência

**Carlos Eduardo Alves**

Hospital das Clínicas do Acre

**Luiz Augusto Mesquita Azevedo**

Fundação de Tecnologia do Estado do Acre

**Luiz Augusto Ribeiro do Vale**

Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre

**Felismar Mesquita Moreira**

Instituto de Terras do Acre

**Dirceu Augusto da Silva**

Instituto de Administração Penitenciária

**Antônio Torres**

Fundação do Bem-Estar Social

**Dircinei Francisco Lima de Souza**

Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour

**Dircinei Francisco Lima de Souza**

Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto do Estado do Acre

**José Henrique Corinto de Moura**

Instituto Sócio Educativo do Estado do Acre - ISE

**Miguel Antonio Felix de Andrade**

Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Acre

**Vanuza da Silva Lima Messias**

Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor

**Eufran Ferreira do Amaral**

Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais

**Carlos Alberto Santiago de Melo**

Companhia de Habitação do Acre - COHAB

**Marcus Alexandre Médici Aguiar**

Departamento Estadual de Estradas e Rodagem, Hidrovias e Infraestrutura - DERACRE

**Gildo César Rocha Pinto**

Departamento Estadual de Água e Saneamento - DEAS

**Sawana Leite de Sá Paulo Carvalho**

Departamento Estadual de Trânsito

**Gildo César Rocha Pinto**

Departamento Estadual de Pavimentação e Saneamento

**Edson Américo Manchini**

Controladoria Geral do Estado

**Carlos Alberto Rebello de Sousa Filho**

Representação do Governo do Estado do Acre em Brasília

**Márcia Regina de Sousa Pereira**

Gabinete Civil do Governador

**Roberto Barros dos Santos**

Procuradoria Geral do Estado

**Dion Nóbrega Leal**

Defensoria Pública Geral do Estado

**Cel. José dos Reis Anastácio**

Polícia Militar do Estado do Acre

**Cel. BM Flávio Ferreira Pires**

Corpo de Bombeiro

**Cel. João de Jesus Oliveira da Silva**

Defesa Civil



**Instituto de Mudanças Climáticas  
e Regulação de Serviços Ambientais**

Eufran Ferreira do Amaral  
**Diretor Presidente do IMC**

Mônica Julissa de Los Rios de Leal  
**Assessora da Presidência**

**EQUIPE DE EXECUÇÃO INSTITUCIONAL**

Angelita Gude Butzke Engenheira Florestal  
Ayri Saraiva Rando Engenheiro Ambiental  
Charles Henderson Alves de Oliveira- Engenheiro Agrônomo  
Giselle Aparecida Monteiro- Bacharel em Administração  
Kaline Rossi- Engenheira Florestal.  
Karoline da Cunha Gomes Lima- Bióloga  
Laura Soriano Yawanawa- Antropóloga/Relações Internacionais  
Leandro Sampaio da Silva- Tecnólogo Ambiental  
Marta Nogueira de Azevedo- Historiadora  
Nilson Gomes Bardales- Engenheiro Agrônomo  
Suzirene Nascimento- Engenheira Florestal

**ASSESSORIA DE ASSUNTOS INDÍGENAS**

José de Lima Kaxinawa, Assessor de Assuntos Indígenas  
Marcelo Piedrafita

**FOREST TRENDS**

Borges, Diretor, Programa de Comunidades e Mercados  
Rebecca Anzueto, Gerente, Programa de Comunidades e Mercados

**COMISSÃO PRO INDIO DO ACRE (CPI/AC)**

Vera Olinda Sena de Paiva, Coordenadora

P A R C E I R O S



**ASSESSORIA DOS POVOS INDÍGENAS DO ACRE**

*Exemplares desta publicação podem ser adquiridos no:*

**Instituto de Mudanças Climáticas e  
Regulação de Serviços Ambientais**

Rua Floriano Peixoto, 460 1º andar  
Centro, Rio Branco, Acre  
CEP 69 908 030

**Tel. 68 3223 1933g**  
gabinete.imc@ac.gov.br







## PARTICIPANTES

1. Assis Gomes Kaxinawá, Huni Kui - Professor e Presidente da Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27 (OAKATI 27); TI Kaxinawá da Colônia 27 - Tarauacá;
2. Jucelino, Jaminawa - Agente de saúde;
3. João Grosso Katukina, Liderança; TI Rio Gregório - Tarauacá;
4. Siná, Tiago, Shanenawa; TI Katukina/Kaxinawá; Feijó.
5. Airton, Ashaninka - Professor; TI Kampa e Isolados do Rio Envira - Feijó;
6. Erison Muniz de Oliveira - Agente agroflorestal; TI Nukini - Mâncio Lima;
7. Antônio Gilberto Yawanawá, Agente agroflorestal - TI Rio Gregório - Tarauacá;
8. Jorge Domingos Kaxinawá, Presidente da Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Nova Fronteira (ASPKANF) - TI Alto Rio Purus - Santa Rosa do Purus;
9. Edilson Katukina, Agente Agroflorestal; TI Campinas/Katukina - Cruzeiro do Sul -
10. José Maria Pereira Arara - Cacique do povo Shawãdawa, Presidente da Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá (APAIH), TI Arara do Igarapé Humaitá Porto Walter;
11. Alberto Domingos Huni Kui, TI Alto Rio Purus, Santa Rosa;
12. José Lima de Souza, - Professor, formado em gestão ambiental CAFI (AM);
13. Ana Luiza, Assessora da Comissão Pro Índio do Acre, Programa de gestão ambiental;
14. Rubens Gomes, Grupo de Trabalho Amazônico (GTA);
15. Eduardo Di Deus, Assessoria Indígena do Governo do Estado;
16. Narciso Siqueira Arara, Shawãdawa TI Jaminawa-Arara do Rio Bagé, Marechal Taumaturgo - Agente ambiental;
17. Alisson Arara - Professor, Rio amônia;
18. Julio, Rio Moa - Vice-liderança, monitor da escola, TI Nawa - Mâncio Lima;
19. Aderaldo Correia da Silva Jaminawa- Coordenador do Núcleo de Ensino de Sena Madureira - TI Jaminawa do Rio Caeté - Sena Madureira;
20. Adelino Galdino Huni Kui, Liderança, TI Kaxinawá-Ashaninka do rio Breu, Marechal Thaumaturgo;
21. Valdecir Sérgio da Silva Kaxinawa -Txana Mashã, - Assessor Pedagógico; Tesoureiro da Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá (ASPIH); TI Kaxinawá do Rio Humaitá - Tarauacá;
22. Aldair Katukina;
23. Samuel Rondon Iraqui Poyanawa - Mâncio Lima;
24. Aldemir, Kaxinawá, Marechal Taumaturgo;
25. Josemir Sabóia Huni Kui, Aldeia São Vicente - TI Kaxinawá do Rio Humaita - Tarauacá;
26. Paula Ellinger, Fundação Avina;
27. Rebecca Anzuetto, Forest Trends;
28. Joaquim Pereira Mana Hunikui, Kaxinawá do Rio Jordão; Presidente da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC);
29. José de Lima Kaxinawá Zezinho Hunikui; Agente Agroflorestal; Assessor de Assuntos Indígenas do Gabinete do Governador;
30. Antônio Gerônimo Manchineri; Professor; TI Mamoadate - Assis Brasil;
31. João Manchineri;
32. Valdir, Iba, Kaxinawá praia do Carapanã;
33. Francisca Oliveira de Lima Costa Shawãdawa, Professora, Coordenadora da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC);
34. Marcelo Piedrafita Iglesias- Assessoria Especial de Assuntos Indígenas;
35. Beto Borges, Forest Trends;
36. Lucas Sereno Sales; Agente Agroflorestal; TI Kaxinawá do Baixo Jordão;
37. Maru Hunikui, Técnico Agroflorestal; TI Katukina Kaxinawá Feijó;
38. Luzia Shanenawa; Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul Amazonas e Noroeste de Rondonia, SITOAKORE;
39. Letícia Luiza Yawanawá, Coordenadora da União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB);
40. Antonio Ferreira da Silva Apurinã, Coordenação Regional de Rio Branco da FUNAI;
41. Edson Jaminawa, de Sena Madureira;
42. Haru Kuntanawa - Liderança da ASCAC e da OPIJ;
43. Lucas Artur Brasil Manchineri, Professor; Vice-Coordenador da Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC);
44. Adriano Dias, CPI;
45. Nilson Sabóia Tuwe Hunikui, Agente Agroflorestal; Presidente da Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá (ASPIH); TI Kaxinawá do Rio Humaitá - Tarauacá;
46. Macilvo Shaneiuh Yawanawá, Cooperativa Agroextrativista Yawanawá (Coopyawa); TI Rio Gregório, Tarauacá;
47. Fernando Vieira de Oliveira, Coordenação Regional de Rio Branco da FUNAI;
48. Juan Felipe Negret Scalia, Coordenação Regional de Rio Branco da FUNAI;
49. Irving Foster Brown, Woods Hole;
50. Érica Magami Yamada, Diretoria de Proteção Territorial (DPT) - FUNAI/BSB;
51. Tatiana Raquel Alves Vilaça, Coordenação de monitoramento ambiental; Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial (CGMT/DPT) - FUNAI/BSB;
52. Geraldo Jaminawa; coordenador da Organização Comunitária Agroextrativista Jaminawa (OCAEJ), Sena Madureira;
53. Joaquim Luiz Tashka Yawanawá, Coordenador da Associação Sociocultural Yawanawá, faz parte do GT indígena.
54. José Carmélio Ninawá Huni kui
55. Vera Olinda, Comissão Pro Índio do Acre
56. José Guilherme Kaxinawá
57. Almir Narayamoga Surui, chefe de clã dos paiteir-surui da Terra Indígena (TI) Sete de Setembro, Cacoal, Rondônia;
58. Siã Kaxinawá, ASKARJ (Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão);
59. Marta Nogueira de Azevedo, Instituto de Mudanças Climáticas;
60. Kaline Rossi do Nascimento, Instituto de Mudanças Climáticas;
61. Suzirene da Silva do Nascimento, Instituto de Mudanças Climáticas;
62. Eufan Ferreira do Amaral, Instituto de Mudanças Climáticas;
63. Giselle Aparecida Monteiro, Instituto de Mudanças Climáticas;
64. Monica Julissa de los Rios, Instituto de Mudanças Climáticas;
65. Mirlailson Andrade, Instituto de Mudanças Climáticas;
66. Laura Soriano Yawanawa, Instituto de Mudanças Climáticas;



## ÍNDICE 1

### APRESENTAÇÕES

Dia 01.....	13, 15
Dia 02.....	24, 30
Dia 03.....	34, 43, 47, 52
Dia 04.....	58, 61, 65, 68, 72
Dia 05.....	76

### DIÁLOGOS

Dia 01.....	18
Dia 02.....	24, 28
Dia 03.....	32, 36, 37, 43
Dia 04.....	49, 50, 53, 55, 59
Dia 05.....	64

### REFLEXÕES

Percepções sobre mudanças climáticas.....	a7
Reflexões sobre meio de vida.....	9
Reflexões sobre conhecimento tradicional.....	10
Dia 01.....	7, 19
Dia 02.....	28
Dia 03.....	32, 44
Dia 04.....	51, 57

### TRABALHO EM GRUPO

Serviços Ambientais, Carbono e Direitos Indígenas.....	40
--	----

### PRÓXIMOS PASSOS

Próximos passos na construção do Subprograma Indígena dentro do SISA.....	83
---	----

### COMENTÁRIOS

Próximos passos.....	85
----------------------	----

### ENCAMINHAMENTOS.....



## ÍNDICE 2

### 1. APRESENTAÇÕES

#### Dia 01

- 1.1. Eufraan Amaral- Por que estamos levando uma questão como PSA para indígenas..... 13
- 1.2. Mônica de Los Rios - Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais do Acre - SISA..... 15

#### Dia 02

- 1.1. Beto Borges- Serviços ambientais e compensação .. 24
- 1.2. Foster Brown -Mudanças Climáticas e REDDa..... 30

#### Dia 03

- 1.1. Marcelo Piedrafita - Direitos humanos e Consentimento livre, prévio e informado..... 34
- 1.2. Rubens Gomes - GTA, Direitos humanos e Consentimento livre, prévio e informado..... 43
- 1.3. Érika Yamada - Serviços ambientais, REDD e Direitos Indígenas..... 47
- 1.4. Marta Azevedo - Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais - SISA..... 47
- 1.5. Giselle Monteiro - Consulta Pública referente à proposta preliminar dos indicadores acreanos relativos ao programa ISA carbono do Acre..... 52

#### Dia 04

- 1.1. Joaquim Tashka Yawanawa - Experiência da ASCY - Tema Carbono..... 58
- 1.2. Nilson Sabóia Huni Kui - Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIA/AC trabalhos realizados para fins dos serviços ambientais..... 61
- 1.3. Monica de Los Rios - Memorando de Entendimento Acre, Chiapas e Califórnia..... 65
- 1.4. Mauricio Voivodic - Salvaguardas Socioambientais .. 68
- 1.5. Sônia Guajajara - Recomendações da COIAB para a construção do SISA..... 72

#### Dia 05

- 1.1. Almir Surui - Projeto Carbono Surui REDD+..... 76

### 3. DIÁLOGOS

Dia 01.....	18
Dia 02.....	28, 32, 38
Dia 03.....	45, 49, 54,
Dia 04.....	60, 62, 66, 69, 74
Dia 05.....	80

### 4. REFLEXÕES

4.1. Percepções sobre mudanças climáticas.....	8
4.2. Meio de vida.....	10
4.3. Conhecimento tradicional.....	12
Dia 01.....	22
Dia 02.....	33, 39
Dia 03.....	55,
Dia 04.....	64, 71

### 5. TRABALHO EM GRUPO

Serviços Ambientais, Carbono e Direitos Indígenas.....	40
--	----

### 6. PRÓXIMOS PASSOS

Próximos passos na construção do Subprograma Indígena dentro do SISA.....	83
Comentários - Próximos passos.....	85

### 7. ENCAMINHAMENTOS.....

.....	90
-------	----



## APRESENTAÇÃO

*Ao dialogar sem reflexão não se constrói conhecimento. Desta forma o diálogo, que consiste em falar e escutar entendendo, falando o que se sabe e sabendo o que se está falando é a base para que se tenham boas reflexões e se possa assim construir conhecimento.*

*Este relato associa as duas necessidades (diálogo e reflexão) que foram entrelaçadas com indígenas do Acre e especialistas brancos na Oficina de Capacitação para Lideranças Indígenas sobre Mudanças Climáticas e Serviços Ambientais.*

*A oficina foi realizada no período de 30 de janeiro a 03 de fevereiro no Centro de Formação dos Povos da Floresta e teve como objetivos principais a promoção do intercâmbio de conhecimentos sobre as mudanças climáticas, colocando em evidência o papel das florestas e das Terras Indígenas nas condições climáticas do pla-*

*neta; ampliação da base de conhecimento sobre serviços ambientais a partir da política acreana, no marco da Lei 2.308, de 22 de outubro de 2010 que criou o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) e o diálogo sobre o atual estágio de regulamentação do SISA.*

*Esta oficina foi histórica por dois motivos: o primeiro é que esta é a primeira oficina de uma série que deverá acontecer como um processo contínuo de formação de lideranças indígenas sobre proteção de território, mudanças globais e serviços ambientais; e o segundo é que reuniu diferentes conhecimentos, tradicionais e acadêmicos, em prol de uma construção coletiva de conhecimento.*

*Este diálogo foi também realizado por uma parceria entre o Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - IMC, Assessoria dos Povos Indígenas do Acre, Forest Trends e a*

*Comissão Pró-Índio (CPI).*

*O evento contou com a participação de 40 indígenas representantes de 22 Terras Indígenas do Acre, organizações indigenistas do Acre e da Amazônia, cooperadores nacionais e internacionais e o governo do Estado do Acre que debateram, intercambiaram experiências e conhecimentos a respeito de como valorizar os serviços que, pela sua própria natureza, os povos indígenas já prestam ao estado, ao Brasil e ao planeta terra.*

*Foi um bom diálogo que precisa de muito mais reflexão, pois todos temos muito a prender, porém o nosso futuro é comum, da humanidade e do planeta terra e é assim que se pode construir um bom futuro comum para todos, construindo juntos, nas diferenças buscando caminhos e nas fraquezas se fortalecendo.*

*Boas reflexões!!!!*



Os participantes foram convidados a refletir sobre como a mudança climática está afetando seus territórios, estilos de vida e bem-estar.

### Percepções sobre mudanças climáticas

#### Assis Gomes Kaxinawá

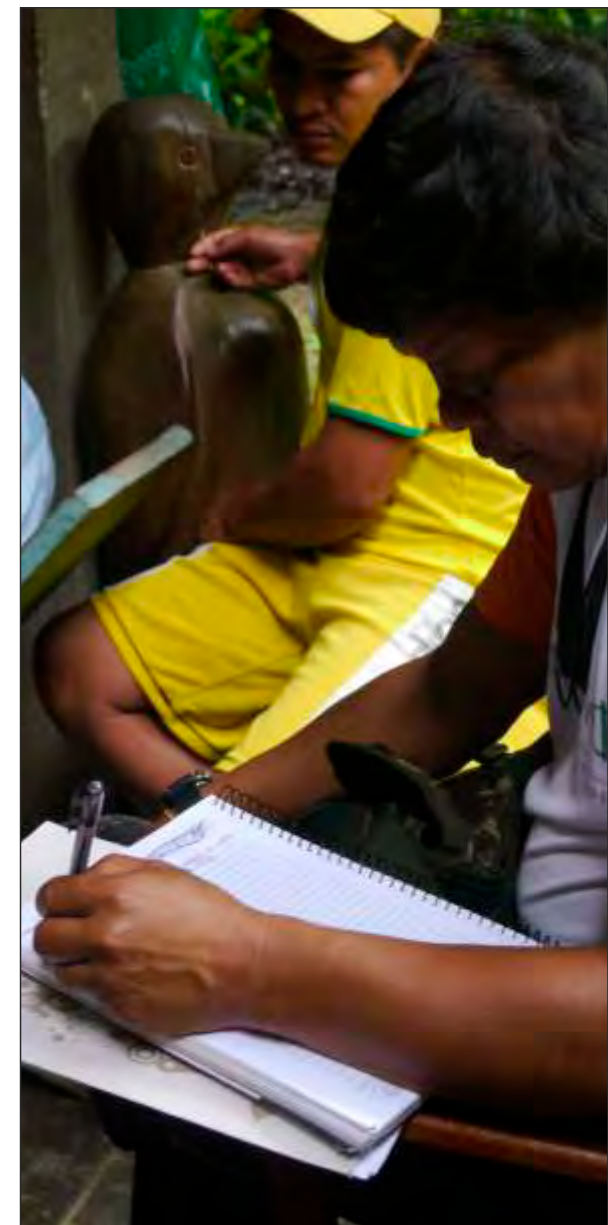
“Não temos culpa que o clima está mudando, não destruimos. A mudança vem dos exploradores nauás. Somos conhecedores 100% da floresta. O que temos que fazer é estudar mesmo, termos uma formação da floresta.”

#### Erison Muniz

“A mudança está chegando e percebemos nas terras indígenas. Como exemplo é a melancia que está dando fora de época, a gente come e não sabe se está boa.”

#### Antônio Gilberto Baxo Yawanawá

“Estamos vendo o nosso rio secando cada vez mais, uma parte inverno e uma parte verão, a mudança está acontecendo”.





### José Maria Arara, Cacique do povo Arara

“A gente sabe o que está acontecendo nas nossas terras, não tem ninguém melhor que a gente para zalar sobre essas mudanças”.

### José Lima de Souza

“O rio Gregório hoje está como se fosse mês de agosto, é muito preocupante para eles. O rio da nossa comunidade passou um mês alagado. As terras indígenas já estão com essa mudança de clima, precisamos prever e discutir, não em pensar em projetos de REDD, carbono e sim fazer essas discussões sobre isso, levar para os parentes se debater com eles lá.”

### Alisson Arara

“Ninguém sabe quando é inverno, quando é verão. Quando o sol sai é em tempo de queimar tudo, a mata é mais preservada, mas nos assentamento, nas fazendas tem muitos brancos. A nossa terra foi demarcada recentemente, em 2012, e queremos tirar os brancos de lá”.

### Aldemir Kaxinawá

“Estamos vendo a diferença nas terras. O rio Breu é um paraná pequeno e nos anos anteriores andávamos em inverno e verão e não víamos cachoeiras, hoje tem mais de 20 cachoeiras. No verão podemos andar com barco grande. Estamos trabalhando com a preservação da mata ciliar e com a conservação da água. Há ocupação ao lado da nossa terra, os parentes peruanos estão chegando. Hoje temos essa preocupação.”

### Lucas Sales

“De primeiro a maioria das pessoas moravam no centro (da floresta), perto das



seringas. Tinha muita riqueza, peixes, água. Quando acabou a seringa tiveram que ir morar na margem. Tenho visto muita diferença, a população foi aumentando, teve que pegar mais peixes, acabando os poços, acabando as voltas do rio. O roçado feito na beira está mudando as curvas. Antigamente tinha menos gente e por isso tinha menos mudanças climáticas. O maior problema que está acontecendo são nos rios. As caças e a mata continua a mesma coisa. Os chefes das águas são as cobras e os jacarés. Começaram a matá-los e os peixes começaram a diminuir. Ficaram com medo de morar na beira e pra tomar banho matavam os chefes da beira rio. Recentemente teve 3 dias de chuva sem parar e quando o rio foi vazando foi levando o barranco, a erosão levou o roçado, levou tudo. Lembro que meu pai falava que certo mês que chegava a friagem, a chuva, tinha o tempo certo de fazer o plantio de legume. Na época que não chovia, chove muito, na hora que fazia sol é horrível, a gente quase não agüenta. Os igarapés secam. Temos que cuidar dos olhos d'água, por que lá é a garantia de ter água."

#### Maru Hunikiu

"Há diferenças nas mudanças em cada região do estado. Tem lugar que tá surgindo mais doenças, o rio esta secando, ta ficando mais quente."

#### Meio de vida

##### Jucelino Jaminawa

"Moramos na aldeia e preservamos, não estamos desmatando próximo as nossas casas."

##### João, Aldeia Timbaúba, Liderança da aldeia

"O agente agroflorestal da aldeia ensina a fazer manejo e para não pegar caça a toa, só pra consumo. Tiramos palha para construção de casas, não tiramos madeira."



### Edilson Katukina

“Somos os maiores preservadores da floresta, quanto mais estamos na floresta estamos mais perto de deus, estamos dentro daquilo que foi construído por deus”.

### Alberto Domingos Huni Kui

“Estamos sofrendo impactos, invasão de pescadores, madeireiros, estamos sofrendo muitas mudanças desde quando a gente nasceu até hoje. Temos que ter muito cuidado porque essa mudança vem fortalecendo muitas pessoas que não são os indígenas. Estamos na floresta preservando e há muito interesse sobre o carbono e precisamos tomar muito cuidado com isso”.

### Francisca Arara

“Os velhos criaram a nossa terra e deixaram agente pra cuidar. Eles diziam que a água ia acabar, o ar ia esquentar e a gente não acreditava que isso ia acontecer. Hoje o rio tá secando, o barranco tá derretendo e a gente sabe quem que faz isso, a gente não desmata. A gente sempre trabalhou para a sustentabilidade pela nossa própria comunidade. Temos lutado para reflorestar a capoeira pra melhorar o clima, a água. Isso é coisa que a gente já conhece, viemos ouvindo sobre isso todos os dias. Mesmo no inverno parece que a gente está cozinhando. O tempo fechado, mas é a aquela quentura. Só quem pode dizer sobre isso somos nós que vivemos lá dentro.”

### Geraldo Jaminawa

“Os indígenas não são destruidores, são preservadores. Quem destrói são os fazendeiros, madeireiros, os estrangeiros que estão invadindo as terras. Onde nunca tivemos problemas, nas aldeias do rio Yaco, hoje há. Nunca devemos esquecer a nossa natureza. Quem está matando 'nós' são os madeireiros, os





empresários. O solo vem ficando fracassado, muitas mudanças estão acontecendo. Deveria haver um projeto que preservasse mais as terras indígenas, precisa haver mais agentes de saúde.”

## Conhecimento tradicional

### Mana Hunikui

“Temos que aproveitar para levar mais conhecimento para a comunidade. Ninguém aprende de ninguém, todos nós aprendemos juntos.”

### Josemir Saboia Hunikui

“Ninguém é sabido mais que ninguém, só temos o conhecimento diferente do outro”.

### Airton Ashaninka

“O que importa é o interesse, quanto mais interesse, mais informação para a comunidade”.

### Marcelo Piedrafita

“Tem coisas novas, palavras novas que temos falado hoje em dia, mas que vocês falam sobre isso há muito tempo, só que de outra forma.”

### Joaquim Tashka Yawanawá

“A informação tem que chegar correta, sem terrorismo, mesmo sendo contra ou a favor. O rio Gregório está transbordando agora. Em novembro estava seco como se fosse agosto.”





## APRESENTAÇÃO

### Eufran Amaral

Tema:

Por que estamos levando uma questão como o PSA para os indígenas.

Eufran começou caracterizando o estado do Acre quanto ao tamanho da população (732.793 habitantes em 2010) e extensão territorial (164.221 km<sup>2</sup>). Apresentou o percentual de cobertura florestal (87%) e de áreas naturais protegidas (47%) em relação à área total do estado. Especificamente em relação às mudanças climáticas, enfatizou a necessidade de desenvolvimento de uma política integrada, uma vez que não há como controlar os seus efeitos, pois estes são transnacionais.

No caso do Acre, apesar deste também contribuir para as mudanças climáticas através do desmatamento, o estado também é vítima dos efeitos que estas mudanças vêm causando à



Amazônia, mesmo aqueles originários de impactos ambientais gerados em outros lugares.

Nos últimos 12 anos o estado passou por mudanças políticas que puderam proporcionar condições para implementação de políticas específicas às mudanças climáticas. Esta informação foi provada pela divulgação de indicadores referentes aos anos de 1998 a 2010, como: aumento do PIB per capita de 1.916,00 para 5.687,00, redução da mortalidade infantil de 44,7% para 19,3%, redução da taxa de analfabetismo de 24,5% para 12,7% e aumento na criação e regularização de terras protegidas de 3.075 ha para 7.498 ha.

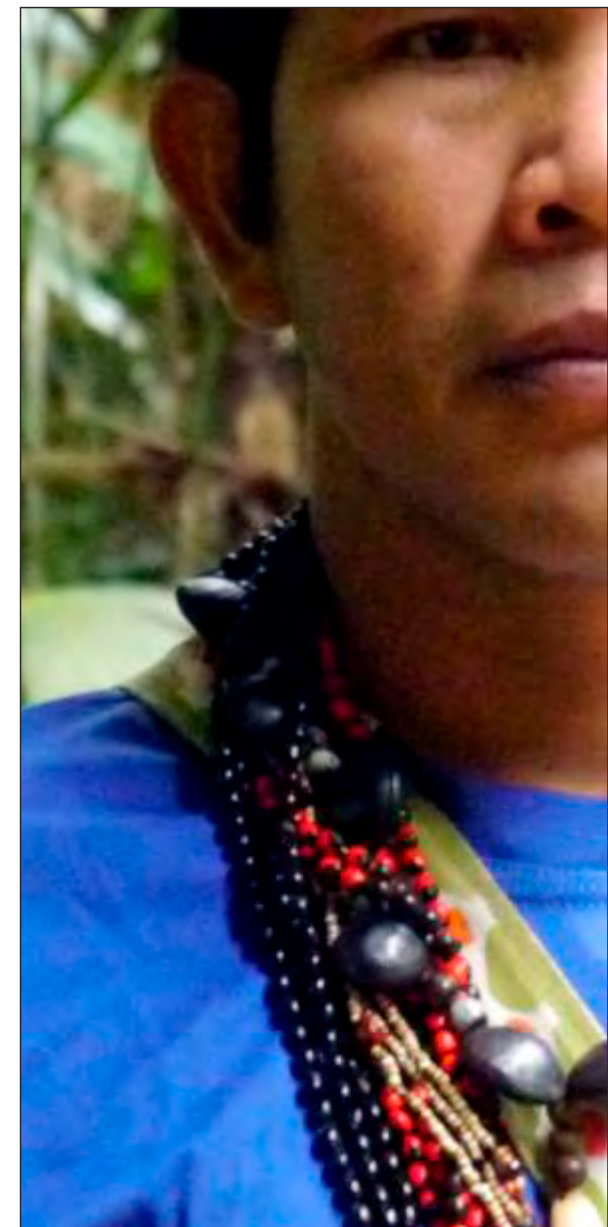
Complementando, foi apresentado um histórico das políticas estaduais que contribuíram para a construção do programa de incentivos a serviços ambientais no estado. Entre estas, foram citadas a Lei Chico Mendes (1999), o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE Fase I (2001), estudos de conversão da dívida em Serviços Ambientais (2003-2006), primeiro conjunto de ideias no chamado Pacto do Clima (2007); ZEE fase II (2007); política de Valorização do Ativo (2008); análise da potencialidade de um mecanismo REDD no Acre (2008); início dos trabalhos para elaborar uma proposta de REDD para um Acre a partir de um Plano de Ação (2009) e a insti-

tuição do Sistema Incentivo a serviços ambientais - SISA, através da Lei nº 2.308 de 11 de novembro de 2010.

Em seguida, relatou sobre os principais impactos causados pelas mudanças climáticas, como os intensos períodos de seca registrados entre 2005 a 2010, marcando uma nova realidade para o estado, uma vez que sob estas condições climáticas a floresta passou a ser um potencial material combustível, deixando de ser uma barreira ao fogo. Por outro lado, num outro extremo entre os anos de 2006 a 2010, foram detectadas fortes enchentes no período das chuvas. Também mencionou a necessidade de frear o desmatamento para reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

Após o delineamento do quadro atual foi citado o Plano estadual de controle do desmatamento, com meta de 60 % de redução até 2020, que é de 164 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>.

Por fim enfatizou a necessidade de tornar eficiente o processo de informação às populações indígenas, para tanto serão realizadas reuniões em Rio Branco, nos municípios e nas aldeias. É imprescindível, ainda à produção e tradução de materiais informativos para línguas indígenas..





## APRESENTAÇÃO

### Mônica de Los Rios

Tema:

Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais do Acre – SISA

Monica comentou sobre as bases e ferramentas que subsidiaram a construção de uma política de incentivo a serviços ambientais no estado do Acre, entre estas o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado Acre – ZEE fase I e II, o Plano Estadual de recursos Hídricos – PLERH ACRE e o Plano Estadual de prevenção e controle dos desmatamentos do Acre.

De forma sucinta, apresentou o histórico da criação do SISA, desde a instituição da Lei Chico Mendes em 1999 até o processo de consulta pública do SISA em 2010.



Foi apresentado um fluxograma do sistema, identificando as formas como serão geridos os incentivos aos serviços ambientais (reestruturação produtiva da propriedade, valorização e uso das florestas, inserção em cadeias produtivas de ZEP's, plantio e proteção das florestas), os seus possíveis benefícios econômicos e ambientais, entre estes, o aumento da produtividade e renda de cadeias da agricultura, pecuária, silvicultura e manejo florestal; redução da pressão sobre a floresta, ocasionando a provisão de serviços ambientais, que assegurará a geração de créditos de carbono, que posteriormente serão negociados. O processo descrito equivale as movimentações da cadeia de pagamento por Serviços Ambientais. Seguindo as premissas do SISA, foi abordado o papel dos serviços ambientais para o desenvolvimento do estado e conservação dos recursos ambientais, contribuindo para o estabelecimento de uma economia sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

Foram lidos e comentados os princípios do SISA, entre os quais:

- Uso dos recursos naturais com responsabilidade para proteção e integridade do sistema climático em benefício das presentes e futuras gerações;

- Responsabilidades comuns, porém diferenciadas;
- Prevenção para evitar ou minimizar as causas das mudanças do clima;
- Respeito aos conhecimentos e direitos dos povos indígenas, populações tradicionais e extrativistas;
- Fortalecimento da identidade e respeito à diversidade cultural, com o reconhecimento do papel das populações extrativistas e tradicionais, povos indígenas e agricultores na conservação, preservação, uso sustentável e recuperação dos recursos naturais, em especial a floresta;
- Fomento da cooperação nacional e internacional;
- Observância da Lei Federal que institui a Política Nacional de Mudanças do Clima, assim como das políticas nacionais que regulam os incentivos e pagamentos por serviços ambientais;
- Cumprimento, pelos programas vinculados ao SISA, das disposições estabelecidas na Lei no 1.904, de 5 de junho de 2007, que instituiu o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – ZEE/AC e das diretrizes da Política Estadual de Valorização do Ativo Ambiental Florestal;





- Justiça e equidade na repartição dos benefícios econômicos e sociais oriundos dos produtos e serviços vinculados aos programas associados a esta lei; e
- Transparência, eficiência e efetividade na administração dos recursos financeiros, com participação social na formulação, gestão, monitoramento, avaliação e revisão do sistema e de seus programas.

Prosseguindo, apresentou o arranjo institucional, previsto para o SISA, mencionado o papel de cada órgão integrante do sistema, e o seu funcionamento através dos projetos que deverão atender as premissas dos programas e subprogramas.

Finalizando, divulgou os atuais esforços para a implementação do sistema, como o fortalecimento institucional para monitoramento, reporte e verificação; estabelecimento de metodologia de linha de base para o programa ISA Carbono; desenvolvimento das salvaguardas sócio ambientais; capacitação dos três conselhos; registro do SISA; promoção de programas de capacitação de provedores de serviços ambientais para participação e implementação; diálogos com as populações indígenas, através do GT indígena.





### Haru Kuntanawa

Diz que apresentação da Mônica foi bem detalhada, bem esclarecedora. Fica contente em ver que o Acre está saindo na frente, mas fica preocupado como e onde os povos indígenas estão inseridos na construção do processo. Não sabe o quanto do que se tem hoje saiu como sugestão dos povos indígenas. Pelo que parece, pouca gente está entendendo esse processo de REDD. “Independente se concordamos ou não, a lei está aprovada. Não podemos aprovar algo que desconhecemos e nós sofremos as consequências dessa lei aprovada. Que se dêem condições para que as comunidades façam suas próprias reuniões”.

### Jorge Domingos Kaxinawá

“Nós povos indígenas temos acompanhado essas elaborações. A minha preocupação é sobre essa legislação. Nós às vezes participamos dessas elaborações. As usinas hidrelétricas em Rondônia vão atingir o Acre. Nós não temos culpa dessa hidrelétrica. Quem realmente vai ser responsável por essas mudanças? Precisamos acompanhar de perto pra depois dizer quem é responsável por isso”

### Mônica

A lei não criou nenhum projeto de REDD. Ela criou a lei que incentiva os serviços ambientais. Há alguns empresários que estão estudando projetos em suas propriedades. A gente quis abandonar essa idéia de projeto, justamente porque, durante as recomendações dos indígenas, vimos que não podíamos investir em um projeto que focasse só no carbono e sim em algo maior que levasse em consideração todos os serviços ambientais. A lei levou em consideração todas as recomendações, preocupações, receios. E estas preocupações ocorrem em vários lugares como no Peru, na Indonésia, no México. Eles [os indígenas] têm





medo que não sejam reconhecidas as suas terras, se vão ser expulsos delas.

Por que trabalhar somente o carbono se em terras indígenas temos vários serviços ambientais? Os indígenas poderão se beneficiar muito mais dessas compensações do que somente se fosse um projeto de REDD. Em grupo, foi se considerando cada preocupação e foi pensado o que seria necessário para que fosse evitado o risco de implementação nesses projetos. Nesse momento, em que a lei vai ser implementada, tem que ser seguido o princípio da participação. Desde o começo, na capacitação, até a tomada de decisão

### Mônica

O carbono é um elemento. Tudo que a gente olha e está vivo, tem carbono. A planta, a cadeira que veio da árvore, as frutas. Ele está em todos os lugares.

### Erison Muniz

No encontro na Escola da Floresta, muitos colegas saíram entendendo que o governo não criou nenhum projeto. Que vai haver a consulta quando isso for acontecer. E por isso pedimos uma capacitação, para que possamos entender sobre isso. Cada liderança é de um jeito. Muitas pessoas pensam que o indígena não precisa de dinheiro e estão muito enganadas. Todo mundo precisa comer, se vestir. Precisa do dinheiro. Em relação ao conselho, por que não estamos todos envolvidos nas reuniões que estão acontecendo paralelamente?

### Assis Gomes Kaxinawá

Todas as terras indígenas podem ter um projeto para explorar madeira em seu próprio benefício? O governo precisa pensar melhor em desenvolver projetos em aldeias indígenas para não deixar que os parentes fiquem nas cidades, por que como não tem condições mais nas aldeias, temos que ir tentar na cidade. Vai ser explorada a madeira, mas vão repor as árvores, plantar mudas. E daqui a uns anos que vão



começar a explorar de novo. A minha comunidade estava pobre de carbono e hoje em dia estamos repondo o que os nauás tiraram. Daqui a uns anos poderemos fazer um manejo para explorar e comercializar nossa madeira.

### Érika, FUNAI Brasília

Como sugestão, que se consiga diferenciar processo de consultas de processo de informação, participação, diálogos, em que os dois lados aprendem com a conversa e influenciam um ao outro com essa conversa. Para os povos indígenas o processo de consulta é um direito.

### Eufran Amaral

Com relação à consulta do Conselho que está acontecendo, não é sobre o SISA. Não fomos procurados e nem chamados para isso. Deve ser sobre outro assunto. Existem dois tipos de consultas. Uma para ouvir e outra para permitir, aceitar. Com relação ao etnozoneamento, primeiro se faz o plano de uso ou plano de gestão e posteriormente liga-se aos projetos. A partir dos planos que se diz o que se quer para o futuro, o que quer fazer e então se vai atrás do que for interessante. Não se pode fazer manejo florestal em terra indígena. O pagamento do agente agroflorestal pode entrar em um projeto de compensação, uma vez que ele está incentivando e motivando a conservação.

Como poderia ser feito onde as pessoas que sempre desmataram muito vão ser mais beneficiadas que os indígenas que nunca desmataram tanto. Por isso o esforço de modificar o conceito de REDD para inserir a degradação e o estoque florestal. A floresta indígena tem muito mais animais, mais água e mais espécies que a floresta que o fazendeiro deixou recuperar recentemente. Assim o conceito passa a ser de equidade, onde todos podem ser beneficiados por preservar, cada um dentro das suas contribuições, seja ela por desmatamento evita o, seja ela por estoque florestal. Por isso a criação da lei considerando todos esses aspectos.





### Ninawá Huni Kui

Por que precisamos de um subprograma indígena, só agora, de reconhecimento de preservação das florestas? Que critérios estão sendo discutidos para a compensação dos povos indígenas? Há algum recurso destinado à questão ambiental que seja direcionado aos povos indígenas? Sugiro a divulgação da lei dentro das terras indígenas.

### Eufan Amaral

Sobre a forma de compensação, é justamente a discussão que está se iniciando. Os indígenas são que vão dizer quais os critérios que deverão ser considerados para a compensação. Agora é a hora da construção, quando o esforço está sendo feito para que todos participem, nas aldeias, nas cidades.

Os recursos existem através de parcerias. Essa oficina está sendo financiada principalmente pela Forest Trends. Já temos recursos para a realização de mais duas oficinas, uma no Purus e uma no Juruá. Estamos trabalhando em três varadouros. Um dele é o processo de formação, do beneficiário, da equipe do IMC, das lideranças indígenas. O outro varadouro é o da normatização e o outro é trabalhar nas discussões de como fazer. Envolve o mercado informal, doações por que não se tem um marco regulatório para comercialização de carbono, por exemplo. Para a divulgação da lei nas aldeias vai haver a produção de uma edição da lei comentada que será traduzida para uma língua indígena (a definir), para melhor compreensão.





### Antônio Gilberto Baxo Yawanawá

Parece que o sol desceu ou a terra subiu. Tá mais quente, não dá pra plantar, trabalhar no roçado por que não dá mais.

### José Maria Arara

Sobre a consulta que vem acontecendo no estado. Nossos pais não tiveram essa oportunidade. Sinto-me privilegiado. Agora precisamos buscar a sustentabilidade de cada povo. Antes colocavam veneno no rio que matava todos os peixes. Hoje não fazemos mais isso. Caçada com cachorro, também estamos eliminando. Por que ainda não começaram a pagar a gente por sermos os maiores protetores da floresta? Quando a gente cuida, quem é beneficiado é quem desmata. O povo Arara demorou 22 anos para demarcar sua terra. Hoje o estado está olhando com mais “perfeição” para os povos indígenas. A lavoura branca não leva ninguém pra lugar nenhum. A situação do lixo, quase todas as populações indígenas trabalham isso. O ribeirinho nem se preocupa. Enquanto cuidamos dos nossos barrancos, o ribeirinho do outro lado do rio vai plantando e acabando com os barrancos. O povo Arara está preparado pra essa discussão e espera contribuir a levar essa mensagem para os companheiros do assentamento do INCRA.

### Airton Ashaninka

Sobre o etnozoneamento que está acontecendo na minha área, eu achei muito bom. Pegamos mais conhecimento sobre a nossa própria área, a quantidade de terra que temos, sobre os igarapés, os rios.



## 2º Dia

31 de janeiro  
Terça-feira

### Recapitulação das lições aprendidas

#### Vera Olinda

Vera Olinda revisou as lições aprendidas no primeiro dia de oficina, citando as políticas estaduais em relação aos serviços ambientais e ao funcionamento do SISA, ressaltando a importância desta lei para a valorização dos recursos ambientais da floresta em pé.

Explicou que esta política está voltada para vários atores, como extrativistas, ribeirinhos, indígenas, empresários. Daí a importância da participação da sociedade nas discussões para avanço do sistema, preservando e valorizando a cultura e o contexto social de cada ente envolvido. Destacou que o SISA não está voltado unicamente para REDD, abrangendo a valorização de vários outros serviços ambientais, aten-

dendo desta forma às populações indígenas, uma vez que os serviços de REDD, de forma geral, não se aplicam às terras indígenas do Acre, pois não existe pressão por degradação e desmatamento sobre as florestas dessas áreas.

Foi brevemente comentada a questão referente ao direito de consulta garantido aos povos indígenas, discutida no primeiro dia, sendo o consentimento livre, prévio e informado um direito garantido por lei, apesar de ainda não estar totalmente regulamentado. Para Vera, a consulta pública aos povos indígenas no processo de construção da política do SISA precisa ser efetivamente garantida.





## APRESENTAÇÃO

### Beto Borges – Forest Tree

Tema:

Serviços ambientais e compensação

Beto iniciou a sua apresentação relatando a respeito do Programa Comunidades, desenvolvido pela Forest Trends, informando sobre a sua importância na promoção do incentivo à participação e à geração de benefícios para comunidades locais em projetos e esquemas de serviços ambientais.

A sua apresentação foi pautada nos seguintes tópicos: (1) definição de serviços ambientais, (2) lógica dos serviços ambientais, (3) esquemas de compensação por serviços ambientais, (4) passos básicos para projetos de serviços ambientais, .

1. Definição dos Serviços Ambientais ou Ecossistêmicos

Definição de ecossistema: Toda ligação ou



interação existente entre o homem, animais, plantas, rios, peixes, solo e todos os seres vivos de um determinado meio-ambiente, como, por exemplo, as florestas.

Tipos de serviços ambientais: estabilidade do clima; seqüestro e estoque de carbono; conservação da biodiversidade; manutenção da beleza estética; manutenção das chuvas; ciclagem de nutrientes e preservação cultural; funcionamento do ciclo do carbono.

## 2. Lógica dada compensação ou pagamento por serviços ambientais

Significado de compensação por serviços ambientais (CSA): É uma transferência em espécie, ou monetária, que se realiza para obter um serviço ambiental claramente definido. Participam pelo menos um financiador e um provedor do serviço ambiental, sendo efetivado somente mediante a garantia da manutenção deste serviço (exemplo: manter a floresta em pé).

Condições necessárias para um projeto de compensação por serviços ambientais

- Serviço ambiental definido (“produto”): deve

existir um serviço ambiental muito bem definido (regulação climática, estoque de carbono, conservação da biodiversidade, etc.), onde a manutenção e o fornecimento sejam de interesse para alguém. Sendo o produto de interesse o serviço a ser compensado.

- Incentivos: alguém (uma ou mais pessoas, comunidades, empresas, governos, etc.) que estejam dispostos a compensar pelo serviço ambiental específico recebido.
- Recebedor: alguém (uma ou mais pessoas, comunidades, empresas, governos, etc.) que recebe um incentivo e/ou recurso financeiro em troca de se comprometer a manter a provisão deste serviço ambiental.
- Voluntariedade: a transação por um serviço ambiental deve ser antes de tudo voluntária, ou seja, as partes na transação devem participar porque querem e não por obrigação (mas cumprindo contratos de responsabilidade).

Esquemas de compensação e incentivo a serviços ambientais

Possíveis esquemas

- Mercado voluntário: Setor privado paga por serviços privados.
- Governo/público: incentivos para conservação



através de fornecimento de assistência, facilitação de acesso a mercados, subsídios, incentivos monetários, etc.

- Mercado regulado: comércio de créditos de serviços ambientais baseado em acordos internacionais.
- Extrativismo certificado: consumidores pagam valor justo, que é valor agregado por produtos agroflorestais de comunidades tradicionais indígenas ou extrativistas (exemplo: couro vegetal, óleo babaçu, café orgânico, etc).

Provedores ou administradores dos serviços ambientais:

- Povos indígenas;
- Comunidades florestais;
- Agricultores familiares;
- Governos municipais, estaduais e federal.

---

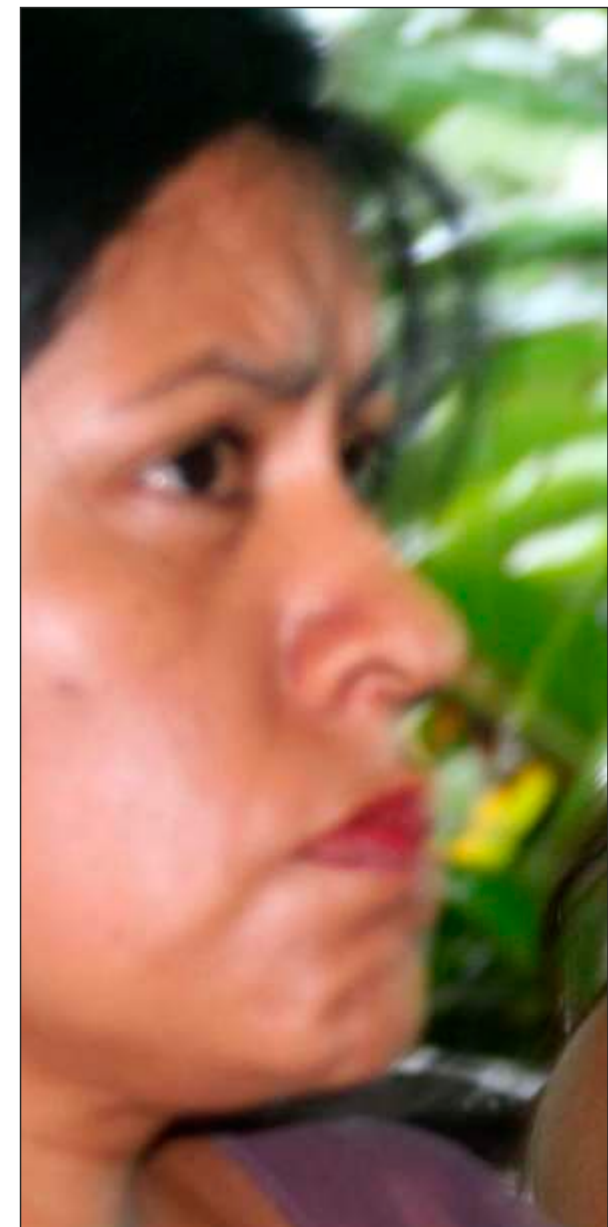
### 3. Estrutura básica de projetos de carbono e outros serviços ambientais:

Definição do projeto; organizações envolvidas; direitos e deveres; gestão do projeto; aspectos legais; identificação e descrição da

área; desenho e descrição das atividades; metodologia; gestão de riscos; administração operacional e financeira; plano de monitoramento; desafios nos projetos; quais considerações observar antes da assinatura de contratos.

Principais desafios nos projetos: titularidade / posse da terra; compromissos a (muito) longo prazo; os altos custos de transação encarecem os projetos; consentimento livre, prévio e informado; valores de “mercado” se contrapõem a valores culturais e tradicionais; direito sobre o Carbono; repartição equitativa de benefícios. Beto recomendou as seguintes observações, antes da assinatura de possíveis contratos:

- Entender o que está escrito no contrato e informar à FUNAI;
- Obter apoio técnico para estudar o contrato;
- Investigar a empresa interessada;
- Realizar planos de gestão ambiental e etnomapeamento;
- Não comprometer 100% do território para atividade;
- Consultar todas lideranças e comunidades (Consentimento Prévio, Livre e Informado).







### Direito das populações indígenas em projetos e esquemas de serviços ambientais:

- Direito ao território que ocupam tradicionalmente;
- Direito de usufruto único e exclusivo dos recursos naturais dos seus territórios;
- Direito à determinação de seu modo/visão de desenvolvimento;
- Direito aos seus costumes e culturas tradicionais;
- Direito à consulta;
- Direito ao Consentimento Prévio, Livre e Informado;
- Direito à participação e benefícios justos.



### Riscos e oportunidades

---

#### Riscos:

- Dificulta o acesso a terra e aos recursos para comunidades;
- Aproveitamento de benefícios somente por elites;
- Afeta negativamente costumes e atividades tradicionais.

---

#### Oportunidades:

- Manutenção e incremento de serviços ambientais e conservação;
- Geração de novas fontes de emprego e renda;
- Aproveitamento sustentável de recursos e produtos florestais/naturais;
- Manutenção e/ou melhoramento dos meios de vida das comunidades locais;
- Fortalecimento dos processos de demarcação e gestão territorial.





Rebecca comentou que os efeitos da degradação e emissão de carbono têm consequências macro mundiais. Por isso, o carbono é tratado através de uma política mundial, e tem uma visibilidade maior.

Ninawá perguntou quem são os financiadores dos projetos de compensação dos serviços ambientais em geral.

Beto respondeu que os principais financiadores são os investidores que oferecem incentivos econômicos para a manutenção destes serviços, como os investidores do mercado regulado e voluntário, ou o governo através de incentivos para a conservação. Enfatizou que a principal discussão sobre os serviços ambientais gira em torno do carbono, devido aos impactos gerados mundialmente pela acumulação desse gás na atmosfera. Desta forma, os principais mecanismos de mercado dos serviços ambientais são voltados para evitar ou reduzir este tipo de emissão.

Foi perguntado quais são os atores mais importantes nos serviços ambientais. Beto citou o próprio governo do Estado, com a proposição da lei, as comunidades indígenas e as ONGs, pois criam condições e buscam defender a manutenção dos serviços ambientais.

Ninawá pergunta: como estão sendo socializadas as informações com a FUNAI e qual a sua posição?

Beto respondeu que a Forest Trends não tem relação direta com a FUNAI, apesar de tentar entender as suas diretrizes. Já o governo, através do SISA, mantém um diálogo mais próximo com esta instituição.





Nilson, por sua vez, destacou a importância de envolver os vizinhos do entorno das terras indígenas nesta discussão. Para isso, pediu parceria e ajuda do governo. Segundo ele, o governo precisa reconhecer o trabalho dos indígenas, pois está chegando atrasado para um serviço que já é prestado pelos povos indígenas.

Beto concordou que realmente o governo está chegando atrasado, porém ressaltou que acredita nas reais intenções do governo para que tal objetivo seja atingido. Um exemplo é a criação da lei que instituiu o SISA.

Shaneihu Yawanawá pergunta quais os impactos positivos e negativos de um programa de compensação por serviços ambientais. Qual seria o direito da empresa financiadora sobre a terra indígena?

De acordo com Beto, no próprio projeto estará inserido quais os impactos, através de diagnóstico prévio, desde que seja bem feito e bem gerenciado. É certo que existem riscos e potencialidades, que variam de acordo com as oportunidades de cada projeto.

Sobre o direito da empresa financiadora no projeto, dependerá do que ela está financiando, ressaltando que não se pode negociar os créditos duas vezes. Por isso, recomenda-se que não se negocie todos os créditos de uma só vez. Explicou também que a empresa terá direito aos créditos gerados e não à terra indígena.

“A partir da validação e da certificação todo o recurso gerado pelo Projeto carbono Florestal vai fazer parte do Fundo Paiter Suruí, lançado durante a COP 16 em Cancun no México. “O Fundo é o mecanismo financeiro do Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro. Este fundo é responsável pela gestão e pela repartição de benefícios de todo o Projeto Suruí. O Fundo é a moldura da boa governança do sistema e está desenhado para operar com recursos de diferentes origens, sendo que os créditos de carbono compõem uma carteira específica. Os recursos obtidos por meio da venda dos créditos de carbono serão gerenciados em benefício de toda a comunidade. Este é o primeiro fundo mundial que contempla operações de REDD+ para os povos indígenas” esclarece Ângelo Santos, do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – o FUNBIO, responsável pela criação e gerenciamento do fundo nos primeiros seis anos. O Povo Suruí está sendo capacitado para assumir a gestão do Fundo posteriormente a esta data. O FUNBIO criou um Manual Operacional que define as regras para gestão do Fundo. Cada associação indígena, ou organização implementadora não indígena terá acesso ao fundo seguindo um planejamento anual. Caberá ao Conselho Deliberativo (Labiway-Ey) supervisionar a atuação do gestor financeiro. O Fundo segue princípios de boa governança e transparência, onde os conselhos representativos indígenas exercem papel decisório. O Povo Paiter Suruí continua trabalhando com reflorestamento e no plano de negócios para vender produtos florestais, como castanha-do-brasil e copaíba. Tudo isso faz parte do Plano de Gestão de 50 anos da Terra Indígena Sete de Setembro. “O desenvolvimento só é alcançado por quem tem uma visão de médio e longo prazo. As futuras gerações também têm direito de viver, direito de ter floresta. A floresta não precisa ser intocada, mas tem de ser usada com responsabilidade.”, Almir Suruí.”



## APRESENTAÇÃO

### Foster Brown

Tema:

#### **Mudanças Climáticas e REDD**

Foster Brown iniciou sua apresentação ressaltando a urgência do tema mudanças climáticas. Para tanto, como forma ilustrativa, utilizou o exemplo de um barco navegando em um lago muito largo, com furos que vão aumentando ao longo do tempo.

Depois de apresentar o exemplo do barco, Foster interrogou sobre quanto tempo ainda será gasto tentando achar os responsáveis ou discutindo a implementação de soluções, sem realmente torná-las efetivas?





Em seguida apresentou as premissas:

- Líderes indígenas são inteligentes; se não, não seriam líderes;
- Todo mundo sabe algo que outros não sabem;
- Os problemas globais são tão grandes que precisam de colaboração global para serem resolvidos. Isto quer dizer, de todo mundo.

Dando prosseguimento, ressaltou que programas de REDD existem por causa da preocupação com as mudanças climáticas globais. Daí a relação de ambos os temas. Para uma contextualização do tema, Foster explicou que sem a ação do CO<sub>2</sub> (gás carbônico), pela grande distância existente entre o sol e a terra, a temperatura média da terra deveria ser de - 18°C (equivalente a estar dentro de um congelador).

Sobre o gás carbônico, foram repassadas as seguintes considerações:

- Gás carbônico, dióxido de carbono ou CO<sub>2</sub>;
- Absorve calor;
- As plantas usam gás carbônico para crescer;
- O seu ciclo se dá nos oceanos, nas florestas, no ar;
- Produzido via respiração e quando queimamos gasolina, gás natural, diesel, e madeira.

Apesar da vital importância do gás carbônico para regulação do clima da terra, segundo Foster, o problema está na quantidade de emissão

deste gás. Segundo dados do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) o aumento de gases traços – gás carbônico, metano e óxido nitroso - na atmosfera é o principal fator para o aquecimento global.

A concentração de gás carbônico nos últimos 800.000 anos sempre esteve abaixo de 300 partes por milhão ou ppm. Estima-se que, até 2100, esta concentração chegará entre 450 a 900 ppm. Segundo dados divulgados por Foster, as mudanças do clima podem ser classificadas entre: (1) variação natural (secas e enchentes), (2) mudança regional do clima (desmatamento afetando a evapotranspiração) e (3) mudança global do clima (aumento de gás carbônico colocando mais energia na atmosfera).

### **REDD no contexto das mudanças climáticas:**

- Uma tentativa de reduzir entre 12 a 17% de emissões provenientes do desmatamento.
- Se ele ou outro mecanismo tiver sucesso total ainda sobram mais de 80% de emissões que vem de queima de gasolina, diesel, carvão mineral e gás natural.
- Em outras palavras, REDD não é a solução, mas uma parte pequena das soluções para mudanças climáticas.





Foster perguntou se alguém está documentando as mudanças que os povos indígenas estão percebendo, e enfatizou a importância deste registro.

Vera Olinda opinou que seria mais interessante que os próprios pesquisadores indígenas como, por exemplo, os agentes agroflorestais, façam esse registro, documentando estas mudanças nos seus cadernos de pesquisa.

Foi perguntado como está se dando o processo de aquecimento global e como controlar as mudanças climáticas dentro da comunidade.

Foster explicou que a presença do gás carbônico é importante para o aquecimento global. O problema está no excesso deste gás. Enfatizou que essas mudanças afetam o planeta como um todo e citou a capacidade de resiliência, ou seja, a capacidade da comunidade de reagir frente a estas mudanças, com a criação de alternativas.

Aderaldo Jaminawa pergunta o que está trazendo a mudança climática.

Foster responde que são os gases provenientes do desmatamento. Mas, principalmente, e há mais tempo, as atividades industriais dos países industrializados. Mais recentemente, outros países entraram em cena, com a emissão causada pela China e a Índia.





Lucas Manchineri comentou que, dentro da terra indígena, várias mudanças foram percebidas, como a morte de peixes em 2005 e o ataque de lagartas às plantações em 2010. Questionou como resolver esse tipo de mudança da natureza. Citou a presença de pessoas, como, os madeireiros, que com suas ações trazem impactos para os povos indígenas.

Shanelhu Yawanawá comenta: "Nós povos indígenas temos bem clara a importância da preservação da nossa área. Agora, mais que nunca, o mundo tem a necessidade dos povos indígenas. Por isso, é preciso ter uma conscientização coletiva, da sociedade em geral, sobre este assunto".





## APRESENTAÇÃO

### Marcelo Piedrafita

Tema:

Direitos humanos e Consentimento  
livre, prévio e informado

Marcelo Piedrafita iniciou citando os princípios IV, V e X do Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais - SISA, que asseguram o respeito aos conhecimentos e aos direitos dos povos indígenas, populações tradicionais e extrativistas; o fortalecimento da identidade e respeito a diversidade cultural; e a participação social em todas as etapas do SISA e de seus programas.

Em seguida, apresentou os instrumentos legais da Constituição Federal do Brasil e internacionais (Convenção 169 da OIT e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas), que garantem o direito de consulta e de participação dos povos indígenas nas legislações, políticas e decisões capazes de afetar suas vidas e seus territórios.



Da Constituição Federal foram ressaltados os dois artigos do Capítulo VIII (“Dos Índios”)

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem acontecer com autorização do Congresso, ouvidas as comunidades afetadas (...)

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União (...)

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Dando prosseguimento, foram enumerados quais os temas debatidos nas convenções internacionais sobre os direitos indígenas, dentre estes: o direito às terras e territórios; aos recursos naturais; ao desenvolvimento; à educação; saúde e seguridade social; às ocupações tradicionais, aos direitos laborais e à formação profissional; ao direito, aos sistemas penais e ao acesso a justiça; e aos contatos e à cooperação através das fronteiras internacionais.

Dentre os avanços relevantes alcançados nestas convenções está o critério da auto-atribuição como mecanismo de definição de quem é indígena, o reconhecimento dos direitos indígenas enquanto povos e dos seus direitos sobre seus territórios que devem ser reconhecidos e protegidos pelos governos.

Marcelo destacou que as consultas aos povos indígenas devem acontecer através das instituições representativas dos povos indígenas, sendo a decisão quanto à escolha destas organizações resultante de um processo próprio e interno dos povos indígenas. E concluiu apontando que é necessário o apoio ao desenvolvimento destas instituições e as iniciativas dos povos indígenas.





## APRESENTAÇÃO

### Rubens Gomes

**Tema:**

**GTA, Direitos humanos e  
Consentimento livre, prévio e informado**

Rubens ressaltou a importância do direito ao consentimento livre, prévio e informado, para as comunidades tradicionais como uma forma de evitar que a implementação de projetos traga prejuízos ou venha de encontro aos interesses comunitários.

Seguindo a apresentação, informou que o papel do GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) consiste em garantir a ética no mercado de REDD, defendendo os interesses dos povos da floresta, que são os atores que sofrem de forma mais imediata os impactos das mudanças climáticas.





Realçou a importância do fortalecimento e a presença da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) nos espaços da política nacional e internacional, inclusive nas decisões relativas aos serviços ambientais. Outro ponto exposto foi à importância do conhecimento a respeito do tema, para a tomada de decisões sobre aderir ou não aderir a um programa de serviços ambientais. Para tanto, ressaltou a importância da união e organização dos povos indígenas, para que adquiram peso político e possam efetivamente participar destas decisões.

Rubens alertou aos participantes para que cobrem as informações de seus representantes acerca dos avanços relativos à política nacional para serviços ambientais, se estas não estiverem sendo repassadas de forma devida.

Citou como exemplo bem sucedido o caso do projeto Surui, atribuindo este sucesso à construção coletiva com a comunidade e ao seu comprometimento como um projeto de vida e de gestão territorial.

Em situação oposta, apresentou um contrato de má fé, celebrado entre uma empresa irlandesa e a comunidade Munduruku, que hoje se



encontra sob investigação do Ministério Público. Segundo Rubens, esta situação foi possível graças ao suposto corrompimento de alguma liderança indígena, que não respeitou o direito de decisão do seu povo. O Estado brasileiro tem que fazer o seu papel, assegurando aos povos indígenas os direitos garantidos por lei.



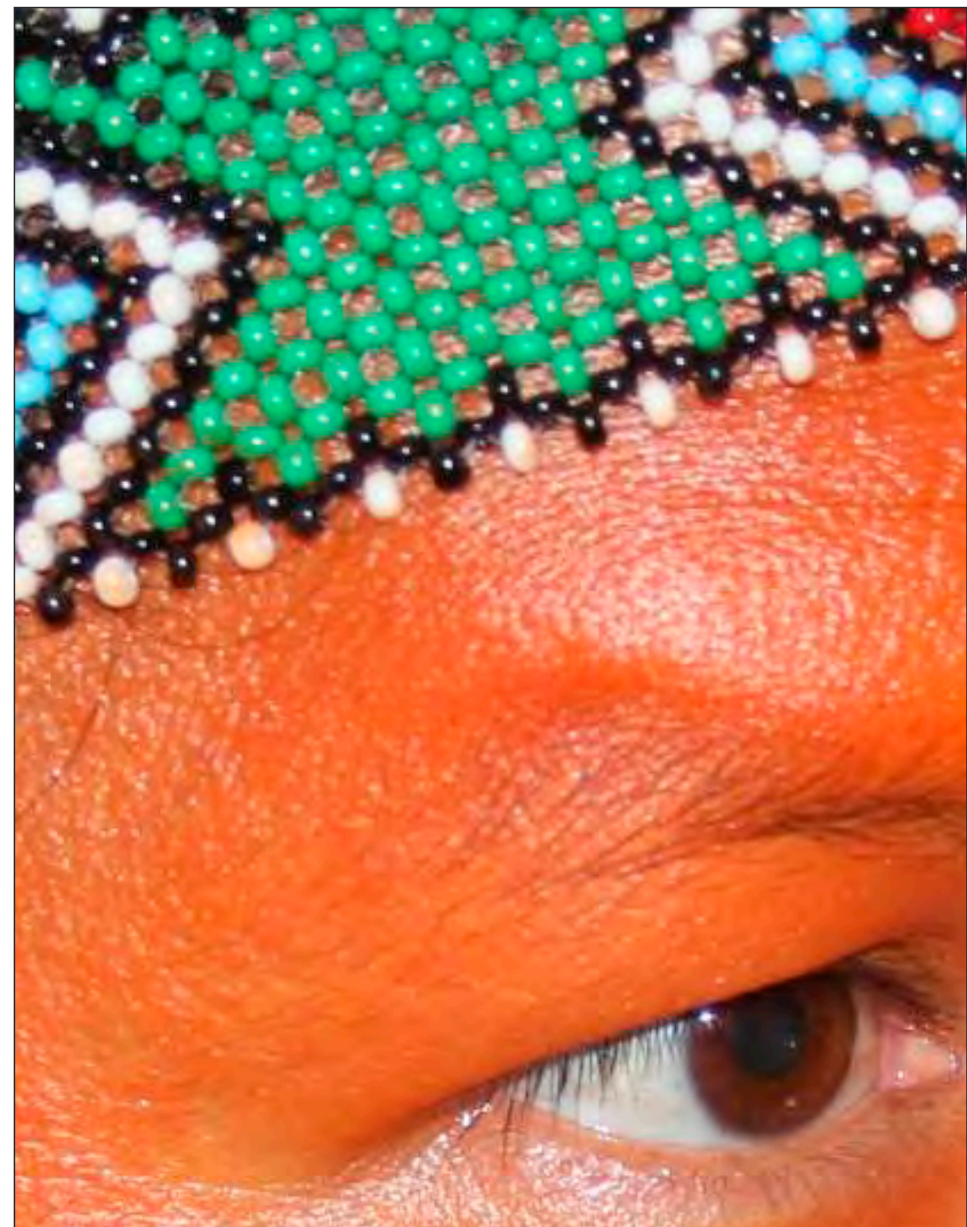
Ninawá pergunta para Rubens: Toda a construção tem um amparo da lei. Como o GTA analisa se existe alguma forma para encontrar o responsável pelo não cumprimento da lei?”.

Rubens responde que não tem outra forma, senão ir à assembléia para questionar e exigir dos nossos dos nossos representantes que sejam assegurados os nossos direitos.

Vera Olinda comenta: “A nossa oficina está caminhando para a necessidade do domínio da informação para desconstruir esta idéia de que a Amazônia está sendo vendida. Felizmente, no Brasil, temos legislação, temos uma organização como a FUNAI, que pode ser utilizada ao nosso favor. Temos que aprender a lidar com os conflitos dentro da comunidade, pois eles vão existir sempre, e saber examinar os projetos que não são bem intencionados. Aqui no Acre temos uma boa institucionalidade para este tipo de projeto, por isso tem que ser desconstruída esta imagem de venda da floresta, até por que o SISA engloba os serviços ambientais e não somente REDD, sendo uma oportunidade de construir algo novo.”

Vera Olinda pergunta para Érica: Como a FUNAI vai intervir neste tipo de projeto

Érica explicou que as discussões a respeito do papel da FUNAI nos projetos de serviços ambientais seriam comentadas no dia seguinte e sugeriu encaminhar para FUNAI um pedido de reunião com os representantes indígenas para a discussão dos temas ligados aos serviços ambientais.







Tashka comenta sobre os acordos internacionais da ONU: “Eu fico mais tranquilo em saber que o GTA tem participado de todas as negociações internacionais, para que os direitos das populações indígenas sejam respeitados, principalmente pela função de repassar estas vivências para quem não tem a oportunidade de participar. Temos que estar informados sobre o terrorismo criado sobre o mercado de REDD, sobre os boatos de que a Amazônia está sendo vendida. Por isso é importante esta discussão”.





## TRABALHO EM GRUPO

Discussão sobre os temas:

- 1) serviços ambientais;
- 2) carbono e
- 3) os direitos indígenas.


### O que são serviços ambientais?

- É o trabalho dos agentes agroflorestais, agentes ambientais, população, animais, plantar para cuidar da natureza, para servir, oferecer (água, ar) para a população indígena


Exemplos:

- Trabalho dos AFF's;
- Plantar (SAF's);
- Manejar (Palha, Madeira);
- Conservar (Mata Ciliar, Rio, Madeiras);
- Criar Abelhas Melíponas;
- Trabalho proposto no Plano de Gestão Territorial e Ambiental;
- Evitar destruição da natureza;
- Morcego faz;
- Buriti faz;
- Ar faz também.




 O que acontecerá se os serviços ambientais acabarem?

- Vai dificultar a vida dos povos indígenas na floresta;
- Ficarão sem água, vai ficar seco. Água é vida, se não tem água você morre;
- Risco de acabar com a biodiversidade e mudar a vida cultural, espiritual, social e a economia da comunidade.

 O que é carbono?

- É um elemento natural que está presente em todos os lugares na matéria;
- Círculo de vida da humanidade;
- É a riqueza dos recursos naturais.

 Por que tanta preocupação com o carbono hoje em dia?

- Poluição das indústrias (aumento da temperatura);
- Prejudica a saúde;
- Efeito Estufa;
- Prejudica a camada de ozônio.

 Qual o papel das florestas e dos povos indígenas em fornecer serviços?

---

#### Floresta

---

- Oferece vida saudável, harmonizada, de qualidade, rica em biodiversidade;
- Ar puro, sem poluição;
- Manutenção da chuva (fonte de água);
- Seqüestro e estoque de carbono;
- É vida, mãe da natureza.

---

#### Indígenas

---

- Vigilância;
  - Fiscalização;
  - Educação Ambiental;
  - Implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's);
  - Conservação da mata ciliar;
  - Manejo da palha, madeira;
  - Conscientização sobre o lixo;
  - Manejo das abelhas.
- 





### O que é consentimento livre, prévio e informado?

- Ouvir os povos indígenas;
- Informar com antecedência sobre os programas;
- Consultar;
- Respeitar as decisões dos povos indígenas;
- Consentimento exige conhecimento
- Entendimento entre as bases (comunidades) e as demais instituições (governo);
- Capacitação, informação sem pressão;
- Consciência sobre os benefícios e ameaças a que estão sujeitos;
- Ajudar a elaborar leis mais adequadas à realidade indígena.

### Quais outros direitos acreditam ser importantes para implementar o SISA?

- Regularização fundiária;
- Assegurar meios para fortalecer e permitir que as organizações indígenas repassem as informações para todas as pessoas da sua comunidade;
- Criar uma instância representativa (ex. conselho deliberativo) para acompanhar as discussões; avaliar, analisar, deliberar sobre os programas propostos;
- Fortalecimento das organizações indígenas para que possam fazer a gestão dos programas (empoderamento das comunidades);
- Proteção territorial;
- Inclusão da discussão sobre os povos sem contato (isolados) e a proteção de seus territórios.





## 3º Dia

1º de fevereiro  
Quarta-feira

### APRESENTAÇÃO

Érika Yamada, FUNAI/DF

Érika, da FUNAI/DF, falou sobre a posição do órgão em relação ao mercado de Carbono, REDD+. A FUNAI não apóia iniciativas que tenham relação com o assunto, por que não se sabe o quanto essas expectativas, de um mercado que ainda não existe, podem beneficiar ou prejudicar as comunidades indígenas. Trabalha-se com o reconhecimento da autonomia dos povos indígenas, pois eles têm poder e autonomia para administrar suas terras, os seus recursos naturais e suas formas de organização social. Porém, quando alguns contratos colocam em risco o uso e os recursos da terra indígena, a FUNAI deve intervir, através da sua procuradoria jurídica, para a anula-



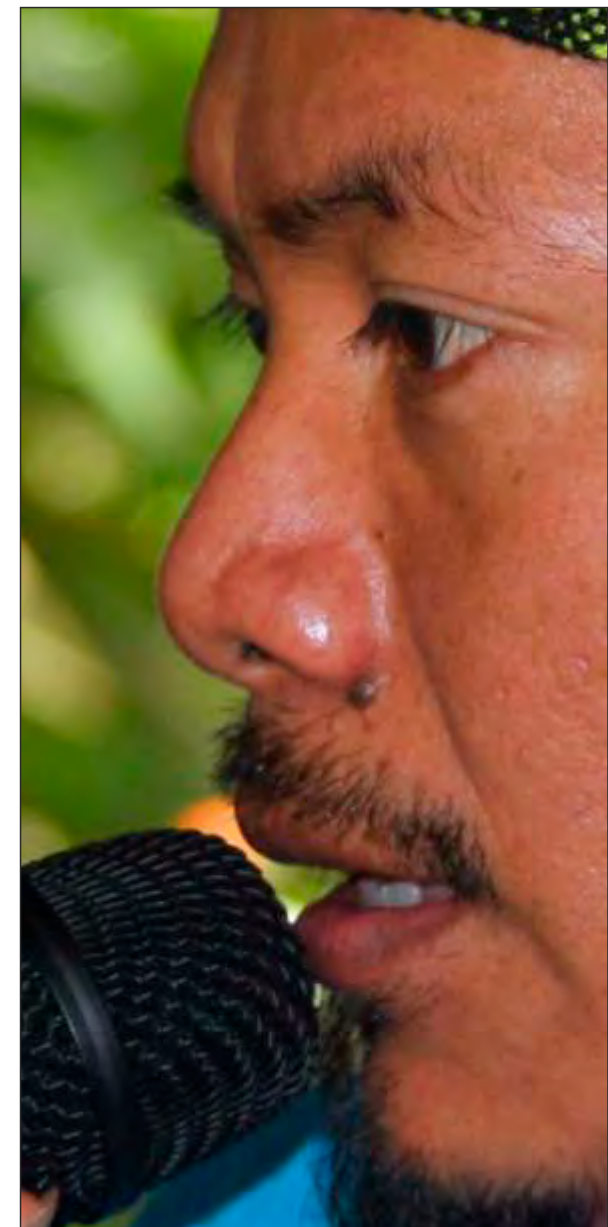
ção desses contratos e de suas cláusulas abusivas. A existência prévia de um plano de gestão territorial e do PDD; Mecanismo de gestão e repartição de recursos; Mecanismos de controle social e resolução de conflitos; Garantia de rescisão contratual são quesitos importantes a serem levados em consideração quando se trata de um projeto cujo público alvo é indígena.

Como papel da FUNAI pode-se citar: a inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas (MMA), assessoria e acompanhamento em processos de informação e capacitação de povos indígenas, garantia da participação indígena nos espaços de discussões nacionais e internacionais (MRE), e dar garantia de direitos coletivos aos indígenas.

Com relação à posição da FUNAI perante o SISA, objeto da oficina: Apóia as iniciativas de reconhecimento e pagamento por serviços ambientais. Mas, como o mercado de carbono ainda não existe, a posição da FUNAI é a de acompanhar as discussões sobre o assunto. Existem fundos, como o Fundo Amazônia, onde as comunidades indígenas que vivem na floresta podem apresentar projetos, com base nos seus planos de

vida. Há encaminhamentos da FUNAI para a definição legislativa com relação ao assunto dentro das terras indígenas. Faz um ano que o processo está em andamento na AGU (Advocacia Geral da União) e ainda não se teve resposta.

Recomendações da FUNAI para capacitações: Aprender sobre as visões indígenas dos processos e efeitos das mudanças climáticas globais visando à construção de conhecimentos interculturalmente adequados; intercambiar informações sobre o tema – serviços ambientais, mudanças climáticas e REDD – para e com os povos indígenas, de modo que entendam o que é REDD e quais as implicações de seu envolvimento em projetos dessa natureza; formar interlocutores críticos, fortalecendo e qualificando lideranças para saberem como agir quando confrontadas com o assunto, promover o diálogo intercultural simétrico e bem informado; socializar as informações sobre o cenário mais amplo em que a discussão sobre REaDD se insere e apontar alternativas existentes de geração de benefícios no universo dos serviços ambientais; relacionar REDD com os planos de vida dos povos indígenas; apresentar os cenários de tomadas de decisão nos quais os povos indígenas possam influenciar.





Rubens Gomes pergunta sobre o acompanhamento feito pela FUNAI das políticas nacionais que discutem os processos que dizem respeito às mudanças climáticas.

Érika Yamada responde que quem coordena as discussões sobre mudanças climáticas é o Ministério do Meio Ambiente. A FUNAI defende a importância das áreas indígenas e da participação das organizações indígenas nos processos de diálogo.

Beto Borges comenta que desconhece essa iniciativa de acesso ao Fundo Amazônia para aprovação de projetos. O que se sabe é que a burocracia é muito grande e um dos problemas é a inexistência de projetos aprovados para os povos indígenas.

Letícia Yawanawá questiona a participação indígena nos conselhos do Fundo Amazônia, pois isso facilitaria a discussão e o acesso ao próprio fundo.

Ninawá pergunta sobre a possibilidade de as comunidades negociarem diretamente com o investidor interessado sem que haja intermediário.

Érika responde que as comunidades têm autonomia de fazer o que quiserem em suas áreas. Porém, é recomendado que comuniquem à FUNAI para que, se houver qualquer problema, ela possa intervir a favor dos indígenas.

Nilson gostaria de saber da participação e acompanhamento da FUNAI na





discussão sobre o cumprimento das leis nas decisões feitas pelas comunidades. De que forma a FUNAI pode ajudar no ecoturismo nas aldeias?

Érika informa que a FUNAI Rio Branco está acompanhando as discussões sobre o etnoturismo e o SISA. Com a nossa vinda a Rio Branco, vai reforçar nosso acompanhamento lá em Brasília.

Tatiana, também da FUNAI Brasília, informa sobre a publicação da FUNAI: “Diálogos Interculturais, Mudanças Climáticas e REDD” a ser distribuída para os participantes.



## APRESENTAÇÃO

Laura Soriano Yawanawa

Marta Azevedo

Tema:

Sistema Estadual de Incentivo a  
Serviços Ambientais – SISA

Marta Azevedo explicou sobre o histórico da construção do Sistema de Incentivo aos Serviços Ambientais, onde tudo começou com a Lei Chico Mendes, em 1999, avançando para o ZEE em 2001; de 2003 a 2006 com estudos de conversão da dívida em Serviços Ambientais; em 2007 chegou-se ao primeiro conjunto de idéias no chamado Pacto do Clima (apoio GTZ), em seguida, em 2008, a análise da potencialidade de um mecanismo REDD no Acre (GTZ, IUCN, WWF). Em 2009 deu-se o início dos trabalhos



para elaborar uma proposta de REDD para um Acre a partir de um Plano de Ação (GTZ, IUCN, WWF, IPAM, CPWH) e finalmente em 2010 aconteceu a Consulta Pública sobre o SISA.

A Lei 2.308 de 11 de novembro de 2010 criou o Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais – SISA, O Programa de Incentivos por Serviços Ambientais – ISA Carbono e Demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos Do Estado do Acre e dá outras providências. Fomentar a manutenção e a ampliação da oferta de serviços e produtos ecosistêmicos são os principais objetivos da lei. Para isso, ela segue algumas diretrizes: Uso dos recursos naturais com responsabilidade e sabedoria; reconhecimento ao conhecimento e direitos dos povos indígenas, populações tradicionais e extrativistas bem como o os direitos humanos; fortalecimento da identidade e respeito à diversidade cultural, combate à pobreza e elevação da qualidade de vida da população; utilização de incentivos econômicos objetivando o fortalecimento da economia de base florestal sustentável; transparência e participação social na formulação e execução de políticas públicas; repartição justa e equitativa dos benefícios econômicos e sociais oriundos das políticas públi-

cas de desenvolvimento sustentável.

Marta esclareceu alguns questionamentos a respeito da Lei, do seu objetivo e sua aplicabilidade nos vários serviços ambientais que envolvem as populações indígenas, bem como o arranjo institucional do Sistema, esclarecendo os papéis de cada componente.

Laura Soriano Yawanawá explica sobre a criação do grupo interinstitucional de trabalho, cujo objetivo é discutir e levantar as demandas dos povos indígenas sobre os serviços ambientais. Inicialmente a idéia é a da elaboração de um subprograma indígena dentro ISA-Carbono. Porém, acordou-se que é mais interessante a inclusão de outros serviços ambientais.







Francisca Arara reforçou que acha importante a participação de mais pessoas no grupo de trabalho interinstitucional.

Assis gostaria que houvesse uma melhor comunicação sobre as discussões que acontecem nas reuniões, para que todos possam estar cientes.

Shaneihu Yawanawá informa que a sua cooperativa, a Coopyawa, tem interesse de participar das reuniões do GT indígena.

Erika queria saber onde que o subprograma indígena se encaixa no SISA e em qual estagio encontra-se o programa ISA Carbono.

Marta esclarece que um dos objetivos do IMC é chegar às aldeias indígenas, para conversar com as lideranças diretamente. O grupo de trabalho instituído tem caráter orientador, e não deliberativo. Quem decide são as comunidades. A pergunta que nós fazemos, e que vamos resolver ao longo das discussões, é onde o subprograma indígena se encaixa nos programas do SISA. O subprograma não pode se restringir ao carbono, pois nas terras indígenas todos os serviços ambientais estão presentes. Sobre o ISA Carbono, informou que já foi normatizado com relação ao objetivo, métodos, procedimentos e diretrizes.



Lucas Manchineri sugere que as construções sejam feitas de baixo pra cima e não de cima para baixo, como tem acontecido. É preciso que haja uma capacitação das comunidades, e não só das lideranças, pois muitas não conseguem repassar o conhecimento para os outros.

Vera Olinda reforça que a criação do grupo de trabalho não configura em uma obrigatoriedade da criação de um subprograma indígena dentro do SISA.

Ninawá pergunta onde as organizações indígenas se inserem nessa discussão dentro do GT indígena e gostaria de saber onde fica os programas indígenas, o plano de gestão das terras dentro do SISA, que já foram construídos pelos indígenas há muito tempo. Sugere que haja um calendário de datas e discussões das reuniões do GT.

Juan, da FUNAI de Rio Branco, gostaria de saber se há algum diálogo entre o IMC e a gerência da SEMA sobre o plano estadual de recursos hídricos. Há também uma discussão dentro do governo e de um GT para regulamentação do turismo dentro das terras indígenas, e gostaria de saber se também há relação com isso no IMC. Gostaria de entender qual é a interação desse acordo entre os governos da Califórnia, de Chiapas e do Acre com as ações indígenas aqui.

Marcela, da CPI, gostaria de saber como está a discussão sobre a demanda por terra dentro do SISA, como são as discussões com o INCRA e o ITERACRE.

Sobre o acordo com a Califórnia, Marta responde que se trata de um memorando de entendimento para uniformização das legislações.



Sobre a titularidade das terras, há um diálogo com o ITERACRE. Para assegurar essa titularidade, o SISA estará adotando para REDD alguns padrões socioambientais, com princípios e indicadores, para assegurar a posse e usufruto dos indígenas. Há também um diálogo com a SEMA sobre os recursos hídricos. Foi montada uma proposta para a construção de um programa de recursos hídricos, porém está em andamento ainda. Também há conversas com a secretaria de turismo.

O Assessor Zezinho Kaxinawá reforça que há um entendimento para a realização de reuniões do GT nas duas regionais, Purus e Juruá, para garantir a participação de mais pessoas. E informa que está sendo trabalhada uma ferramenta para facilitar e reforçar a comunicação com as lideranças indígenas, utilizando e-mails.





## APRESENTAÇÃO

### Giselle Monteiro

Tema:

Consulta Pública referente à proposta preliminar dos indicadores acreanos relativos ao programa ISA carbono do Acre

O teste dos padrões está ocorrendo em cinco países, entre estes, Nepal, Equador, Tanzânia, Indonésia e Brasil, seguindo padrões internacionais da CARE Internacional e CCBA. No caso específico do Acre a aplicação dos testes de campo, está sendo realizada pela equipe facilitadora composta pela CARE Brasil e IMC/AC.



Os objetivos dos testes dos padrões são:

- Definir a interpretação específica para países dos padrões;
- Testar a possibilidade e custos da coleta de informação para demonstrar o desempenho com respeito aos padrões;
- Facilitar a troca de experiências entre países sobre o desenho, a implementação e a avaliação dos programas REDD+ com alto desempenho social e ambiental;
- Refinar os padrões baseados no feedback dos países e outros atores participantes sobre o uso e benefícios percebidos dos padrões;
- Criar amplo apoio para programas de REDD+ com alto desempenho social e ambiental através dos padrões;
- Estabelecer uma estrutura para governança dos padrões em longo prazo.



Gisele mencionou que o público alvo dos testes dos padrões sócio-ambientais é composto por provedores de serviços ambientais relativos ao carbono e possíveis beneficiários do programa ISA Carbono, como indígenas, extrativistas, manejadores florestais, assentados e produtores.

Em seguida foram listados os componentes dos padrões, dentre:

- Princípios - são o nível de 'intenção' de um padrão, que aprimoram os objetivos do padrão e definem seu alcance;
- Critérios - são o nível de 'conteúdo' de um padrão, que estabelecem as condições que precisam ser cumpridas para atingir um princípio;
- Indicadores - são parâmetros quantitativos ou qualitativos que podem ser alcançados e verificados em relação a um critério;

Complementando, enumerou as Principais ações do teste de campo dos padrões socioambientais de REDD+ no Acre, entre estas a realização de oficinas de capacitação com produtores rurais, extrativistas e ribeirinhos, oficina de capacitação com indígenas, discussões com governo e sociedade civil e sistematização dos dados para a construção dos padrões sócio ambientais no estado.





Ninaw comenta que através da construção do próprio experimento do teste realizado, percebemos que é um desafio para o Estado a inclusão da diversidade indígena dentro do SISA, principalmente voltada à compensação dos serviços ambientais.

Giselle complementa que toda essa construção já tem um esteio, onde já se tem um passo à frente. No caso dos seringueiros, eles já contam com a Lei Chico Mendes. Com relação à construção das salvaguardas no SISA, gostaria de informar que há diversos trabalhos que as comunidades indígenas já fazem pra manter a floresta.

Rubens, do GTA, acrescentou que a necessidade de se obter certificação em projetos de REDD existe para garantir que os direitos das comunidades sejam respeitados. Apresentou um histórico de construção das salvaguardas desde o começo da discussão, em 2008, na África, até hoje. As salvaguardas precisam ser construídas de forma coletiva, para que realmente atendam aos grupos envolvidos, protegendo e salvaguardando os seus direitos.

Rubens ressaltou que a certificação é quesito para a entrada no mercado, servindo para evitar que produtos ruins tenham acesso. Desta forma, as salvaguardas contribuem como forma de retratar a comunidade. Enfatizou que as salvaguardas vieram de um pacote do CCBA; por isso, neste caso, se discutiu e negociou diante do que já estava pronto.







### Joaquim Tashka

“Para mim, o Protocolo de Quioto foi desenhado errado, pois não se pensou nos povos indígenas e sim na degradação florestal. Tudo ainda está em construção, é um processo de longo prazo. Em minha opinião, nenhum projeto deve limitar o uso tradicional das comunidades, alterando a nossa técnica de fazer roçados ou praticar a caça e a pesca. Nós devemos decidir como fazer o uso dos nossos territórios, por que usamos nossos recursos sem causar nenhum tipo de dano ao meio ambiente. As salvaguardas são instrumento para nos proteger quando desenvolvermos estes projetos. É preciso avaliar os impactos negativos e positivos. Este tema está em ascensão por envolver dinheiro, mas nós povos indígenas já discutíamos isso há muito tempo. Hoje, cuidar do nosso planeta é uma responsabilidade de quem vive na floresta e de quem vive na cidade, pois todos são afetados.”

### Ninawá Huni Kui

“Vendo a diferença da ocupação do território do Acre entre indígenas e produtores, a gente compara as mudanças que estão ocorrendo no meio ambiente de forma em geral. Detectamos que o índice menor de desmatamento é percebido nas comunidades indígenas, o que nos faz refletir que o governo quer nos oferecer qualidade de vida.”

### Zezinho Kaxinawá

O mais importante nas salvaguardas é entender os princípios e direitos dos povos indígenas, pois 27% do estoque de carbono estão nas terras indígenas. Para mim, a floresta é muito mais que estocar carbono. Eu me preocupo com os impactos que estes programas possam trazer para nossas atividades, principalmente os impactos culturais no nosso sistema de produção.

A nossa discussão é a possibilidade de pagar por outros serviços ambientais que não seja somente REDD. Temos que entender o que está sendo repassado, pois somos os porta vozes para as nossas comunidades.”



## Haru Kuntanawa

Acredito que é interessante as próprias comunidades se apoderarem desse processo. É difícil dizer quanto vale a floresta e para o povo indígena ainda não foi bem colocada a questão do REDD, já que somos a menor fatia. Os povos indígenas são os maiores protetores do planeta e temos conhecimentos milenares. Espero que os povos indígenas tenham o direito, ou não, de aderir a estes projetos. É importante que sejam informados de que forma acessar esses benefícios,

para que se faça de forma bem consciente.

Teria que ter um conselho ou instância ativa para defender as comunidades que se sentem prejudicadas. Temos que prestar atenção ao que estamos assinando.

Temos que participar, mas que sejam assegurados os direitos indígenas neste novo processo de preservação dos serviços ambientais. Por isso as salvaguardas são importantes.

---

## Joaquim Maná

Nos grupos formados ontem, estávamos falando sobre mudanças, há 122 anos éramos 80 povos e hoje somos apenas 22 povos, portanto teve uma grande mudança. Pergunto: daqui a algum tempo, ainda terá algum povo? Há praticamente 25 anos passamos a ter um espaço, que é o direito à nossa terra, mas até hoje nunca tivemos a oportunidade de sermos ouvidos para a criação de uma política maior.

Em 2010, na conferência nacional, foi indicado que deveria ser criada uma instância própria e hoje continuamos discutindo como pensar essa política. Se não criarmos uma instância própria, os governos decidirão por nós. Enquanto isso os nossos problemas vão aumentando. A ideia é que se

construa uma política para cada povo, a ideia é criar um sistema próprio de educação indígena. Só aqui no Acre serão aproximadamente 15 programas e talvez um subprograma para cada povo.

A nossa representação nas instâncias públicas deveria ser qualificada, para termos condição de repassar para as comunidades. Praticamente há 12 anos se criou a associação para acompanhar o que o governo está fazendo por nós.

Temos a FUNAI que não conseguiu acompanhar a evolução dos povos no Brasil. Que continuemos a pensar na criação de uma instância própria e na proposta de criação de um conselho. Sabemos que cada proposta construída é algo novo para os gestores, mas nem por isso devemos cruzar os braços.



### Letícia Yawanawá

“Quando se fala em compensação e plano de mitigação, estamos discutindo um plano para nossos filhos e netos, para os nossos povos. Retrocedemos no tempo: antes tínhamos uma secretaria, hoje temos uma assessoria. Esse assunto é importante, mas esse não é o momento para tomarmos uma decisão, devemos primeiro fazer uma reflexão. Diferente de outros estados, temos a facilidade de ter uma boa comunicação com o governo.”

### Francisca Arara

“Enxergamos que os programas e subprogramas de serviços ambientais estão vinculados a nossa sustentabilidade e saúde. Se não estivermos preparados para administrar esses projetos poderemos ter problemas. Temos os nossos projetos de vida próprios. Como esses projetos de compensação estarão nos auxiliando nos nossos próprios projetos de vida? Temos que pensar se os benefícios gerados podem nos ajudar ou atrapalhar. Queremos saber realmente quais as vantagens e desvantagens desses projetos e se estes programas trarão benefícios que poderão nos auxiliar ou trazer coisas do mundo dos brancos que trarão problemas, como barcos a motor que poluirão os nossos rios ou computadores que não sabemos utilizar.”

### Assis Gomes Kaxinawá

“Temos que fazer uma manifestação para que as coisas possam acontecer. Não sou contra o progresso, como a construção de estradas, mas acho que temos que ter um acompanhamento melhor. Hoje, vestimos roupa, tomamos remédio. Por isso, queremos condições para produzir e manejar a nossa floresta, porque de certa forma já estamos inseridos na sociedade.”

### José Guilherme Kaxinawá

Pergunto: Existe alguém em dúvida sobre o que fazer mediante a toda informação repassada durante a oficina a respeito de mudanças climáticas? Nós já temos o nosso plano de gestão, a FUNAI precisa-se lutar para demarcação das terras indígenas, precisamos de uma educação melhor, deveria ser pago para nós que realmente cuidamos da floresta. Outro ponto é a criação de um projeto para preservar a cultura indígena. Temos 95% de floresta, por isso precisamos fazer acontecer um projeto que compense o nosso trabalho de preservar a floresta, de cuidar para que os rios não sequem. Muito tem se falado, mas pouca coisa tem acontecido. Por exemplo, o Fundo Amazônia que ninguém consegue acessar. E, por outro lado, já existem tantas coisas a serem feitas, que estão especificadas nos nossos planos de gestão.





## 4º Dia

02 de fevereiro  
Quinta-feira

### APRESENTAÇÃO

#### Joaquim Tashka Yawanawa

Tema:

Experiência da ASCY – Tema Carbono

Em 2008, a partir da relação com uma empresa internacional para quem fornecemos urucum, a Aveda, fomos apresentados e estabelecemos um contato com uma empresa francesa. De forma conjunta, começamos a pensar sobre um projeto PSA carbono na terra indígena do Rio Gregório. Foi realizada uma reunião para consulta na comunidade para o consentimento livre, prévio e informado (com as duas associações).

A forma como a empresa tratou com os indígenas não respeitou as particularidades da comunidade: não houve um diálogo apropriado, no modo de lidar com os indígenas, uma informação adequada sobre o carbono. Apresentaram ape-



nas as possibilidades de lucro do projeto, sem informar como o recurso poderia ser gerenciado para atender as necessidades da comunidade. Desta forma, a comunidade não se achou preparada para administrar este recurso, que segundo a empresa, seria algo em torno de 40 milhões. Chegamos à conclusão de não aderir ao projeto.

Temos que estar atentos. A política internacional tem que ter a participação indígena, não dá para elaborar projetos sem consultar e envolver os povos indígenas. Esta discussão sobre REDD precisa ser humanizada, envolvendo todos os povos indígenas. Nas reuniões internacionais percebemos que os povos indígenas ficam inibidos por falta de conhecimento. Antes de trabalhar em qualquer projeto de fins econômicos e sociais, nós, yawanawá, trabalhamos primeiro pelo resgate da nossa cultura, identidade e costumes. Os projetos podem ajudar a dar estrutura para a comunidade, mas será que precisamos desses recursos ou estamos preparados para administrá-los? Hoje a grande discussão do momento é o REDD.

Deve-se ampliar o processo de consulta a todas as comunidades indígenas, para que a informação chegue a um maior grupo, pois a comunidade informada é quem tem que exercer a autonomia sobre o que realmente queremos. Temos protegido e preservado os nossos territórios sem

nenhuma remuneração, sendo uma atividade natural com a nossa forma de viver. Estamos diante de uma oportunidade, porque podemos receber pelo que já fazemos. Na terra Yawanawá ainda não chegamos a um consenso sobre a criação de um projeto de PSA.







Nashima pergunta qual a diferença que existe entre SISA e REDD?

Joaquim Tashka explica que REDD quer dizer redução de emissões por desmatamento e degradação, sendo uma discussão mundial e o SISA é um programa de governo local para valorizar os serviços ambientais.

Mauricio (IMAFLOA), pergunta: o fato de ter uma relação longa com a empresa compradora de urucum facilita no processo de diálogo? A venda do urucum pode interagir junto com um projeto de PSA?

Joaquim Tashka responde que não, a parceria com o urucum é uma coisa e o projeto de PSA será tratado de forma separada.

Beto Borges pergunta: a empresa francesa forneceu algum tipo de estudo, posterior à visita na comunidade?

Joaquim Taska responde que eles ficaram de mandar o relatório com as informações coletadas na aldeia durante as consultas e nunca nos enviaram a sistematização dessas informações. [





## APRESENTAÇÃO

### Nilson Sabóia Huni Kui

Tema:

Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIA/AC - trabalhos realizados para fins dos serviços ambientais

Nilson Sabóia listou e explicou os serviços ambientais prestados pelos agentes agroflorestais indígenas em seus territórios, dentre estes: Vigilância e Fiscalização; educação ambiental; implantação de unidades de produção agroflorestal em várias zonas; soberania alimentar; manejo dos recursos naturais (fauna, flora e recursos hídricos); manejo e criação de animais silvestres e domésticos (melíponas, tracajás); monitoramento ambiental; controle de lixo orgânico e não orgânico; recuperação de áreas degradadas; reflores-



tamento e enriquecimento de capoeiras; implantação, conservação e preservação das matas ciliares e áreas de proteção permanente (APP); conservação da sociobiodiversidade dos roçados tradicionais; criação de área de refúgios.

Dentre outros serviços prestados pela AMAAIAC foram citados: a elaboração e implementação de planos de gestão territorial e ambiental; o manejo e resgate de sementes tradicionais; sensibilização dos moradores do entorno das terras indígenas; a elaboração e execução de projetos de desenvolvi-

mento sustentável nas terras indígenas; a articulação binacional (participação e contribuições em eventos).

Nilson finalizou sua palestra com as seguintes palavras: “Por tudo isso achamos importante sermos reconhecidos e valorizados pelo governo do Estado e por toda humanidade, pois estamos cuidando de nossas terras e contribuindo para um planeta melhor”.



Shaneihu Yawanawá pergunta: os agentes estão recebendo remuneração pelos seus serviços? Quem paga é o governo ou é a CPI? Como faço para inserir os agentes que já estão trabalhando e não estão recebendo? Na aldeia Nova Esperança ainda não estão recebendo.

Nilson responde que no Acre existem 126

AAFIIs (agentes agroflorestais), em três níveis de formações diferentes. Em termos da remuneração, a AMAAIAC estabeleceu alguns critérios: em primeiro lugar, deve ser escolhido pela aldeia, ter uma boa relação com a comunidade e possuir articulação política interna e externa. Vamos atualizar a lista dos AAFIIs para organizar esta remuneração. Para o agente receber a bolsa, precisa pas-



sar por um processo de formação. Hoje, são remunerados 76 AAFIs com ajuda de custo (bolsa auxílio, paga pelo governo do estado), 97 precisam passar por um processo de formação e 26 já passaram, apesar de ainda não estarem recebendo.

Francisca Arara acredita que o subprograma indígena poderia gerar recursos para pagamento destes agentes, já que estes prestam serviços para garantia da manutenção dos serviços ambientais nas terras indígenas.

Tatiana pergunta: como são feitas as ações de vigilância e fiscalização.

Nilson responde que é realizado um planejamento em consonância com o plano de gestão da terra indígena. A fiscalização é uma atividade perigosa, por isso precisa-se acionar o IBAMA e polícia federal. Já a vigilância é feita pelos próprios índios durante suas atividades no entorno da área, como por exemplo, as atividades de caça.

Ninawá Huni Kui pergunta: Há discussões

sobre segurança alimentar nas comunidades indígenas? Como a AMAAIAC vê a distribuição de cestas básicas? Os agentes agroflorestais não pensam em mudar de categoria? Para mim, o nome agente não cabe para o técnico indígena, porque ele tem muito trabalho prático.

Nilson responde que tem trabalhado pela regionalização da merenda, contando com as unidades de produção e manejo de fauna. Quanto à distribuição de cestas básicas, somos contra, pois de forma geral “pega muito mal” para a imagem dos indígenas. E quanto à última pergunta não queremos mudar o nome e sim fortalecer o movimento.

Assis Gomes Kaxinawá diz: “Queremos um acompanhamento técnico para melhorar a nossa produção. Muitas coisas dependem da parceria entre indígenas e governo. Para AMAAIAC, SEAPROF e a CPI sugiro que divulguem o trabalho dos agentes agroflorestais. Vamos administrar o dinheiro com qualidade, não vamos apenas criticar e sim buscar parcerias”.







### Assis Gomes Kaxinawá

“Nós, na nossa terra, temos agentes agroflorestais que multiplicaram os conhecimentos na aldeia. Estamos conscientes da importância da recuperação das áreas desmatadas. Por isso, os agentes precisam do apoio do governo para receber algum tipo de remuneração.”

### José Maria Arara

“Os agentes têm que estar nas aldeias e conhecer as nossas organizações. Se tivermos produção, teremos recursos e não iremos precisar de cesta básica. Por exemplo, poderemos vender para a merenda escolar. O objetivo que queremos é termos autonomia de viver com a sustentabilidade da nossa terra.”

### Jorge Domingos Kaxinawá

“Fazemos serviços ambientais com a nossa própria metodologia. A AMAAIAC foi criada para proteger as nossas formas de produção. Estamos protegendo a natureza, produzindo sem agrotóxicos, sendo este também um serviço ambiental.”

### Haru Kuntanawa

“Quando se fala em mudanças climáticas, deve-se pensar, em primeiro lugar, nos agentes responsáveis pela recuperação das atividades de pecuaristas e madeireiros dentro das aldeias. Se existem recursos para pagamento dos serviços ambientais, temos que ser reconhecidos, principalmente os que trabalham diretamente por esta manutenção. Não se deve apenas categorizar os agentes agroflorestais. Porque todos nós lutamos para a preservação da nossa terra. Peço apoio à FUNAI e ao governo do Estado, pois a legislação é complexa, que não olhem para nós apenas como uma parte, e sim como um todo. A nossa terra não se adequa como um mercado, não temos que compensar as empresas que estão poluindo, temos que ser reconhecidos pelo nosso trabalho de preservação da floresta.”

### Geraldo Jaminawa

Hoje o povo Jaminawa tem sete terras e algumas ainda não estão demarcadas. Já somos capacitados, pois já nascemos com a nossa cultura e já temos o nosso próprio manejo. Não sabemos o que vai acontecer no futuro dentro da nossa comunidade, se não tivermos a verdadeira posse das nossas terras, já que as terras indígenas são denominadas terras do patrimônio da União. “Então, o governo brasileiro deveria pagar aos indígenas por cuidarem de uma terra que não é sua e sim terra da União.”



## APRESENTAÇÃO

### Monica de Los Rios

Tema:

Memorando de Entendimento Acre,  
Chiapas e Califórnia

Para contextualização do tema, Mônica discorreu sobre as ações do Fórum dos Governadores da Amazônia, em 2008, e a posterior criação da Força Tarefa de Governadores pelo Clima e Florestas (GCF) também em 2008.

Dentre as metas do GCF estão:

- Troca de experiências;
- Construção de capacidades;
- Desenvolvimento de recomendações para integração de REDD e outras atividades de carbono florestal nos sistemas obrigatórios.



Prosseguindo, destacou quais os pontos foram determinantes para a parceria entre Acre, Chiapas e Califórnia, pontuando os aspectos próprios de cada estado e as definições e diretrizes do memorando de entendimento partilhado pelos três estados. Enumerou os elementos de discussão para as recomendações presentes no

memorando e apresentou a perspectiva do produto final desta parceria, que consiste em um relatório com as opções e recomendações que o Acre, Chiapas e Califórnia podem considerar nos seus processos de tomada de decisões e de implementação de seus programas. Estas recomendações apoiarão o diálogo entre governos e sociedade civil sobre REDD+.



## DIÁLOGOS

Ninawá Huni Kui diz que o Acre teve o grande desafio de fazer essa construção como um estado pioneiro. Qual é o verdadeiro objetivo: a preservação ou o comércio? Como acontece a construção das salvaguardas?

Mônica responde que os outros estados também estão trabalhando para a política de mudanças climáticas. O Acre conseguiu estabelecer uma política que tem outro tipo de construção, instituindo a possibilidade de estabelecer um novo tipo de economia, melhorando o nível de produção. O governo está tentando traçar uma

possibilidade para trazer uma ajuda para melhorar o sistema de produção, e não vender a floresta. A construção das salvaguardas está se dando por dois processos: um deles com a promoção de uma discussão a nível nacional, definindo princípios e critérios para mecanismos de REDD na Amazônia; o outro, a nível internacional, para a definição de princípios e critérios. Devemos trabalhar com estas salvaguardas como um capítulo para regulamentação do sistema, o SISA.

Ninawá Huni Kui pergunta qual vai ser o ator principal da certificação do carbono e como acontece?





Mônica responde que o Instituto não é uma certificadora. Existem várias certificadoras a nível nacional e internacional. Esta certificação precisa ser feita através de uma instituição independente do governo, para dar credibilidade e garantir que o crédito esteja sendo gerado.

Haru Kuntanawa comenta que querem a participação das organizações indígenas no processo de construção do tratado dos três governos, para que sejam anexadas as considerações indígenas nestes relatórios.

Monica complementa que o relatório não traz o planejamento e sim traz recomendações de elementos técnicos, para trazer informações e fazer com que estas sejam trabalhadas de forma conjunta. Não traz compromissos e nem são assinados acordos. Quando estas recomendações forem discutidas de forma interna, no Estado, poderemos compartilhar estas discussões com as organizações indígenas.

Haru Kuntanawa pergunta: como realizar con-

sultas públicas pela internet, se a maioria de nós não tem acesso à internet? Audiências públicas serão realizadas? Preocupo-me destas decisões serem tomadas sem que seja escutada a nossa opinião.

Beto Borges pergunta se existem informações a respeito das polêmicas que estão acontecendo no México, em Chiapas?

Monica ressalta que o memorando não é um acordo. Os problemas no México não são ligados a projetos do governo estadual e sim a empresas privadas. Os governos do Acre e Califórnia estão demandando do governo de Chiapas alguma resposta acerca desta situação.

Tatiana (FUNAI) pergunta se o governo do estado já pensou se a relação com a Califórnia também vai se estender ao SISA.

Mônica esclarece que teremos este relatório para tomada de decisões. Dependendo das análises e das recomendações, depois de pronto o relatório final, poderemos ter base para decidir se trabalharemos ou não com o mercado da Califórnia.



## APRESENTAÇÃO

### Mauricio Voivodic (IMAFLOA)

Tema:

Salvaguardas Socioambientais

Mauricio inicia falando sobre Riscos e Oportunidades em REDD e PSA's. O objetivo (da oficina de consulta sobre princípios e critérios) era criar um documento construído pela sociedade civil que pudesse ser entregue aos diversos estados e ao governo federal subsidiando a construção de suas leis. Para garantir que o REDD não vai causar problemas socioambientais deve-se utilizar da regulamentação: SISA, Regime Nacional, Leis Internacionais bem como das salvaguardas socioambientais.

Salvaguarda pode ser definida como algo que possa ser usado para diminuir algum risco. Inicialmente, o processo de elaboração das salvaguardas socioambientais era essen-



cialmente de sociedade civil, sem nenhum representante do governo. Começou identificando os riscos e elaborando uma salvaguarda para cada um. Sobre as salvaguardas do SISA,

Mauricio esclarece que o objetivo é não deixar nenhum item fora da lei do sistema, utilizando as sugestões a nível nacional, atreladas às de nível internacional.



Ninawá Huni Kui gostaria de saber quais são as oportunidades e os riscos.

Mauricio esclarece que os benefícios: a possibilidade de que um programa de pagamento por serviço ambiental remunere o serviço realizado pelos povos indígenas. A remuneração pode ser financeira, ou não. A comunidade pode ser beneficiada em outras formas como em atividades produtivas, educação, infraestrutura, assistência técnica etc.

Os principais riscos: em relação ao acesso,

o risco de exclusão, de que esse mecanismo de PSA só beneficie alguns grupos. Esse risco existe e temos que garantir que ele não cresça. Outro exemplo é que as decisões sobre essas políticas de PSA sejam tomadas de cima pra baixo, sem a participação de representantes indígenas. Há um risco também dos oportunistas que se aproveitam das comunidades, enganando-as e iludindo-as.

Vera Olinda (CPI) pergunta para os participantes que fazem parte de associações indígenas, se chegasse uma proposta de algum





estrangeiro com um pagamento de 01 milhão de reais para realização um programa de REDD e de PSA. Quem aceitaria?

Assis Gomes Kaxinawá comenta que já tiveram contato de pessoas querendo fechar um contrato para pesquisa de remédios. Eles analisaram os riscos com o transporte das plantas para fora. A proposta foi negada pela comunidade, mesmo com o valor proposto de pagamento de 15 mil reais por mês. Temeram os problemas que esse contrato poderia causar. Para correr um risco desses, o projeto teria que beneficiar todas as comunidades, não só uma.

José Maria Arara diz que seu povo tem uma liderança muito forte e não deixa ninguém de fora entrar. São guerreiros e protegem nossa floresta, que está lacrada. Ainda não tiveram nenhuma proposta e nem esperam ter. No futuro, talvez, quando tivermos mais experiência no assunto.

Maurício esclarece que esse risco foi estudado na proposta de salvaguardas, denominada distribuição dos benefícios.

Jorge Domingos Kaxinawá gostaria de saber: se a salvaguarda não for respeitada, quem pode fazer valer esses direitos de salvar e guardar?

Mauricio diz que o governo precisa resolver essa questão, por fazer parte da política de governo.

Almir Surui esclarece que se esses direitos não forem cumpridos, quem tem que cobrar são os indígenas. Têm que exigir. A responsabilidade é nossa.

Rubens Gomes (GTA) fala sobre o observatório, que é um grupo de pessoas e organizações que se dedicam a ficar de olho sobre temas específicos. Como exemplo, temos o Observatório da Imprensa, o Observatório do Clima, o Observatório das Mudanças Climáticas e o Observatório do REDD. "Gostaria-



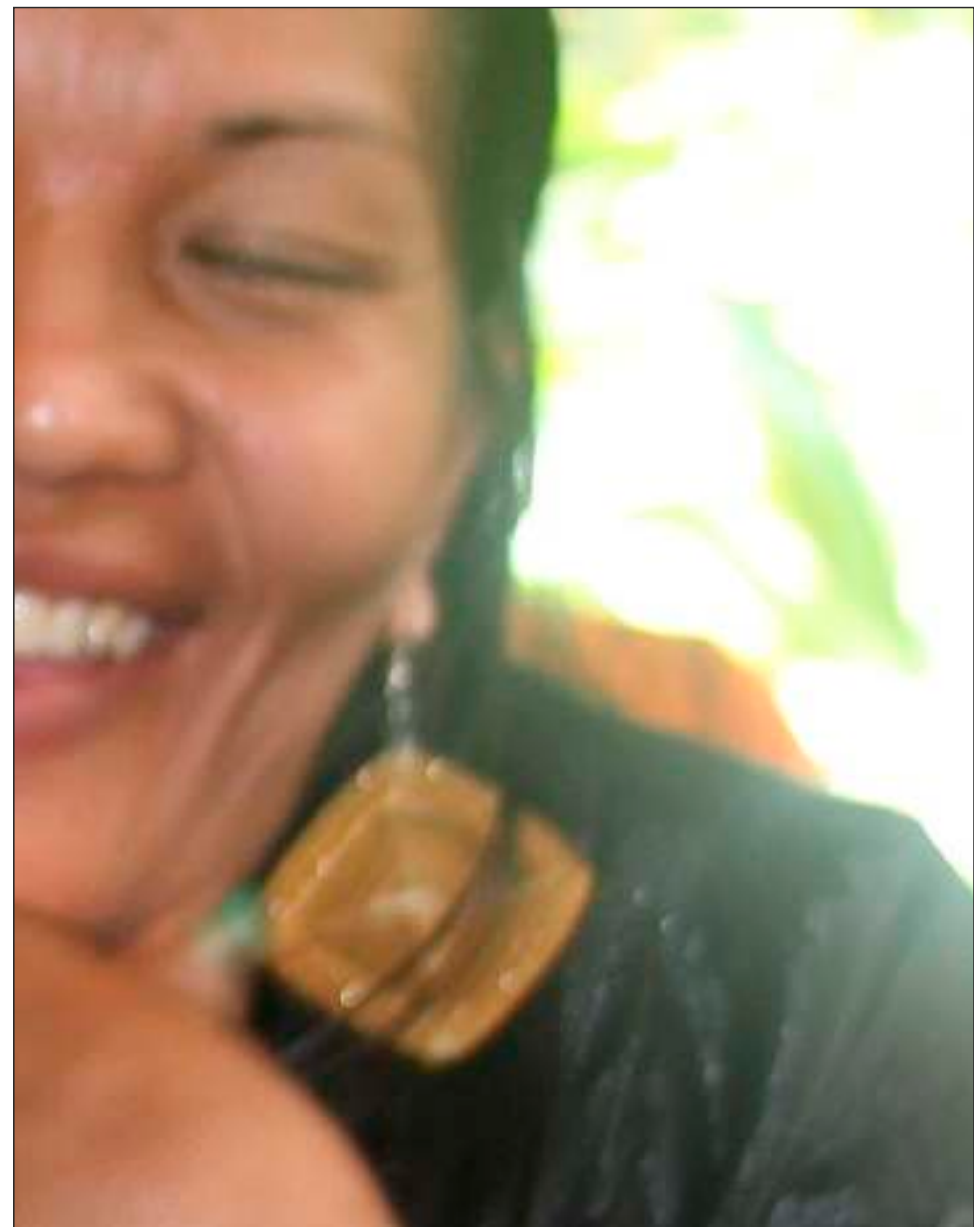
mos de fazer com que esse observatório fosse mais que um portal na internet. O mesmo está dividido em três eixos: acompanhamento, comunicação e participação em torno das políticas públicas, programas e projetos e um controle social. É composto por 30 organizações. O portal do Observatório do REDD foi criado para ser democrático, dar voz e permitir participação. Para que os programas de REDD estejam cadastrados e disponibilizem informações para quem quiser acessar. É uma ferramenta que ajuda a democratizar a informação sobre o REDD.”

Beto Borges pergunta se é possível que a informação do portal possa ser passada de outra forma para quem não possui acesso à internet.

Rubens Gomes diz que o repasse é feito através das oficinas, de folhetos, informativos, revistas informativas. O observatório é com se fosse uma biblioteca especializada sobre o assunto



Percebe que existem menos oportunidades do que riscos. Os riscos são maiores. Quando houver uma consulta ou um informe tem que ser com toda a comunidade, e não só para a liderança, para que o benefício tenha maior possibilidade de ser dividido entre todos, e não ser usado só pela liderança.



## APRESENTAÇÃO

### Sônia Guajajara

Tema:

Recomendações da COIAB para a construção do SISA

Sônia é vice-coordenadora da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira). A entidade tem 46 conselheiros espalhados pelos estados da Amazônia. Começa provocando os participantes a responder o que é entendido por mudanças climáticas e depois sobre REDD, SISA. Mostra as articulações da COIAB sobre as preocupações climáticas, realizando encontros, elaborando documentos para o governo brasileiro e para a ONU, encontro de indígenas em Manaus, em Quito e articulação com outras redes.

Os potenciais das terras indígenas: são as





áreas mais conservadas, são barreiras contra o desmatamento, contra o avanço do agronegócio; as florestas apresentam o maior número de desmatamento evitado, por isso, possuem o maior estoque de carbono. Desenvolvimento de projetos de gestão e sustentabilidade territorial.

Quais os riscos: a falta de uma regulamentação específica, imobilização dos territórios, diferentes formas de inserção no mercado, a falta de esclarecimento para as comunidades, não havendo uma regulamentação, as ofertas estão chegando às terras indígenas pelas mãos de empresários e oportunistas.

Comenta sobre as três visões sobre o REDD:

- A proposta de “rejeição”
- Proposta de aceitação
- Proposta de aceitação condicionada.

Existe também a proposta alternativa de que o REDD não deve considerar somente o carbono, e sim toda a floresta, o ecossistema, o modo de vida e todos os aspectos dos territórios indígenas. A COICA (Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica) tem sede em Quito, no Equador, e trabalha nos 09 países da bacia (Brasil,

Bolívia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Colômbia).

Apresenta como recomendação para o REDD indígena:

- A territorialidade,
- As salvaguardas desde a primeira fase de REDD,
- Não se preocupar somente com a mitigação e sim a vida plena,
- Não às pressões,
- Compensações holísticas dos ecossistemas amazônicos que reconheçam os múltiplos serviços dos bosques, e não apenas o carbono,
- Vida plena,
- Proibições onde são inaceitáveis os projetos de REDD nos territórios os povos autônomos, isolados, que provoquem re-assentamentos de comunidades e que restrinjam o uso das florestas pelas comunidades,
- Identificação e sanção dos atuais piratas de carbono, que estão dividindo as comunidades,
- Monitoramento de conflitos, governança, extrativismo.

Por fim, ponderou que REDD deve considerar o etno-desenvolvimento e destacou que os direitos não são negociáveis.





Ninawá Huni Kui gostaria de saber se a COIAB tem pensado em multiplicar as informações para as comunidades, se há alguma cartilha já feita pela COIAB.

Zezinho Kaxinawá gostaria de propor que saia daqui um representante do Acre para acompanhar essas reuniões nacionais e internacionais. E de saber se está havendo esse tipo de diálogo, de consulta, em terras indígenas em outros estados.

Sônia comenta que se houver um movimento articulado no estado, fica mais fácil viabilizar um encontro para repassar informações. Devemos conversar melhor para fortalecer essa base. Apesar de a COICA estar propondo recomendações sobre o REDD indígena, ainda é necessário pensar em um mecanismo específico para as terras indígenas. Foi proposto um projeto para o Ministério da Justiça para levar essa discussão, essas informações, para as bases. O projeto não foi aprovado, mas continuamos procurando recursos para isso.

Tatiana (FUNAI) informa que há um trabalho que está sendo finalizado pela FUNAI em Brasília. Trata-se de um vídeo com essas informações para ser enviado às aldeias.

Alberto Domingos Huni Kui gostaria de saber quem é a base da COIAB no estado do Acre.

José Guilherme Kaxinawá considera que a apresentação da Sonia foi o momento mais especial, mais esclarecedor e importante de toda oficina.





Francisca Arara gostaria de saber como faz para se articular com alguém da COIAB aqui no Acre, porque há interesse em participar das reuniões e eventos.

Sonia diz tudo que foi construído foi baseado nos registros, nas consultas e nas discussões dos encontros. A COIAB não acompanhou nenhum projeto, até porque no Brasil só tem um projeto (o do Surui). Houve outras iniciativas, mas não foram para frente. Com relação ao movimento de organização no Acre, não gostaria de se ater a esse problema. É algo que o movimento indígena precisa se reunir, discutir e identificar quais são as representações que podem ser base da COIAB no Acre. É uma decisão interna, mas é uma necessidade a se resolver. Há uma previsão de um seminário, em parceria com a FUNAI com todas as organizações indígenas do Acre, provavelmente em março de 2012, para discutir questões do movimento de articulação indígena.

Zezinho Kaxinawá gostaria de propor que a AMAAIAC ficasse como a organização de referência para a base da COIAB no Acre.

Vera Olinda propõe que haja uma reunião das associações no Acre com a Sonia, representante da COIAB, para conversar e tentar encaminhar alguma solução de articulação de base.





## 5º Dia

03 de fevereiro  
Sexta-feira

### APRESENTAÇÃO

#### Almir Surui

Tema:  
Projeto Carbono Surui: REDD+

Almir Surui fez uma introdução explicando sobre seu povo, o significado do nome da Terra Indígena Sete de Setembro, data, em 1979, em que aconteceu o primeiro contato do povo Paiter com o homem branco. Esse contato foi um desastre para o povo Paiter. A população diminuiu muito. Estava acabando com a cultura, com o respeito com a floresta, com as pessoas, com a organização social dos clãs, reduziu a sua terra em geral. Os problemas enfrentados os motivaram a fazer o plano de gestão de sua terra e valorizar o direito que tinham. Se os próprios indígenas não reconhecerem seus próprios direitos, ninguém vai reconhecer. O contato foi feito durante a transição do governo, quando diziam que Rondônia



tinha muita terra e pouca gente, sem considerar os povos indígenas que ali habitavam há muito mais tempo. Os madeireiros passaram a invadir os territórios tradicionais e as terras indígenas e conseguiram levar algumas lideranças para ajudar nessa exploração ilegal da madeira. Achava que para atender a necessidade do consumismo da cidade era necessário vender a madeira para usufruir. A cultura dos Paiter foi indo junto com as ilegalidades.

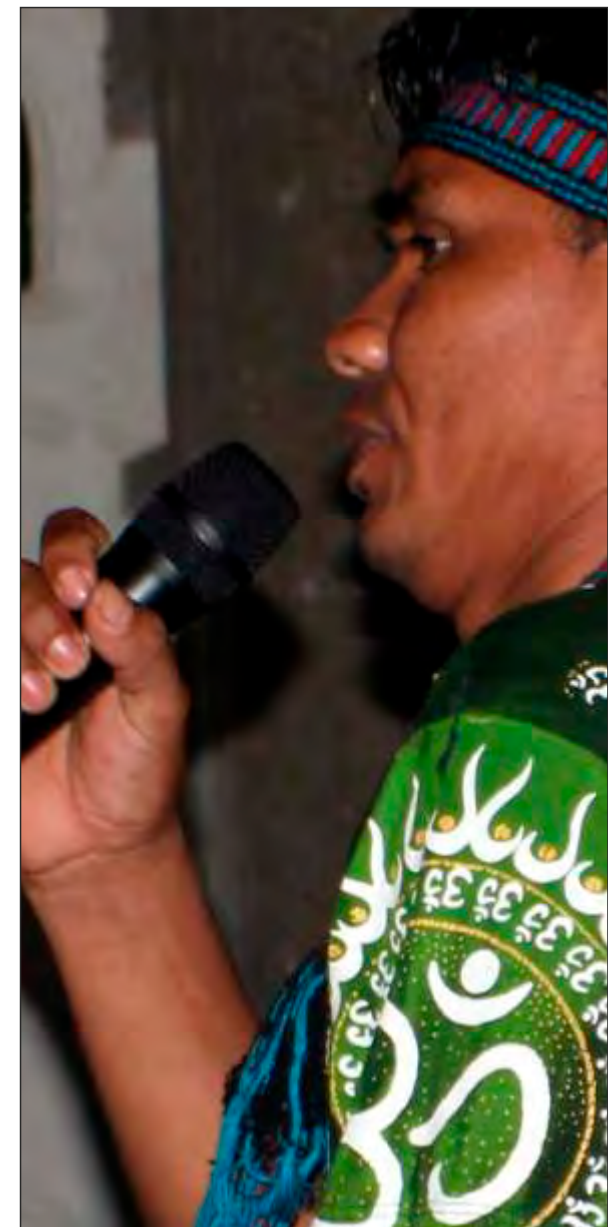
Almir é líder do seu povo desde os 17 anos de idade. Antes do contato, o povo tinha sua cultura, seus costumes, até suas políticas públicas dentro da aldeia, sua própria maneira de viver.

Sobre o Plano de 50 anos do povo Paiter. Desde o primeiro contato com o homem branco em 7 de setembro de 1969, a população passou de 5.000 dois anos depois para 250 pessoas. 40 anos depois, hoje somos 1.350 pessoas, divididas em 25 aldeias.

“Não só basta ter um território. Temos que mostrar que somos capazes de planejar nosso futuro, como vamos utilizar nosso território. Existem cidades que não têm planejamento. Mas nós estamos planejando como vamos utilizar nossas terras, de maneira sustentável, com uma polí-

tica mais justa. Não pro governo, mas para nós mesmos, para melhorar a vida dos que lá vivem. Não podemos atender as necessidades das políticas públicas, elas é que tem que atender às nossas necessidades. Tem que nos entender, nós que estamos lá produzindo, fortalecendo a cultura, criando nossa sociedade, preservando. Como vamos fazer isso sem que as pessoas nos conheçam? Temos que criar mecanismos para isso. Temos que elaborar o nosso diagnóstico: quais serão os desafios e os problemas que o povo Paiter daqui a 50 anos.

O maior projeto dos Surui não é o do Carbono, mas sim o Plano de 50 anos Surui. O carbono é um dos projetos dentro do plano. Pensamos em um ponto estratégico: como utilizar e preservar o nosso território. Como vamos desenvolver sem destruir e degradar a floresta?. Não estamos atendendo à ONU, o que as pessoas estão pensando. Estamos oferecendo o conhecimento que os povos indígenas têm. A floresta em pé tem muito mais valor do que a floresta derrubada. É um desafio que estamos quase vencendo. A última notícia é que nosso projeto de carbono está quase validado por dois critérios: Padrão de Carbono Verificado (VCS) e o Padrão de Clima, Comunidades e Bosques (CCB).



Vai ser o primeiro projeto de REDD indígena no Brasil e o primeiro projeto indígena validado pelos padrões VCS e CCB no mundo. Estamos vencendo esse desafio aos poucos. Mostrando que floresta em pé é possível trabalhar. Valorizando o que temos. Nosso conhecimento sobre a floresta. Vocês sabem que temos muitas coisas para ensinar para as pessoas sobre a floresta, com todo respeito com relação aos cientistas. Somos todos aliados. Temos muito que aprender, mas também muito a ensinar. Não estamos fazendo favor para ninguém, estamos dizendo que estamos prestando um serviço, que a floresta está oferecendo para o mundo. E quem tá deixando que isso aconteça são os indígenas. O pouco de floresta que existe no meu estado é dentro das terras indígenas e nas unidades de conservação, e só. Não estamos querendo vender nossa floresta e sim ensinar nosso conhecimento sobre a floresta dentro do sistema de mercado, do capitalismo, do mundo.

Não basta termos um plano de 50 anos se não tivermos união dentro do povo. Estabelecemos, fortalecemos um sistema de governança, para ouvir, pensar e cobrar nossos direitos. Não só para cobranças e sim para cobrar a responsabilidade de cada um dentro do nosso

território. A FUNAI pode dizer que é a implementadora das políticas públicas para os indígenas. O sistema de governança entendeu que não basta só participar e sim respeitar o direito dentro do nosso território. A repartição de benefícios, de como vamos gastar o dinheiro que vamos receber, de qualquer projeto. Se o povo Surui não sabe, imagina quem vai dar o dinheiro. Nós sabemos o que queremos e sabemos como vamos gastar esse dinheiro. Temos três pontos como prioridade: proteger nosso território, fortalecer o sistema de governança e apoiar produção sustentável.

O dinheiro não é a solução, é um instrumento. Temos que ter a capacidade de implementar com responsabilidade dentro do território e atender o direito coletivo. São 1350 pessoas e 25 aldeias. Temos que atender igualmente a todos. Para implementar, tem que ter capacidade para chegar ao objetivo final. Por exemplo, nosso orçamento é de 300 mil dólares e não conseguimos gastar. Porque estamos querendo gastar sério, com benefício coletivo. Imagina se chegar um milhão de dólares. Para nós, o mais importante é criar capacidade do povo Paiter frente às suas necessidades. Portanto, colocamos hoje em média de 5 a 10 pessoas indígenas na faculdade. Não conseguimos formar todas, por causa das





dificuldades, mas ainda conseguimos formar uma ou duas por ano. A maioria das vezes, eles voltam para a aldeia para trabalhar em favor do seu povo. Seis dos sete Suruis que saíram para estudar voltaram para coordenar e chefiar o nosso Plano de 50 anos Surui. Hoje sou assessorado pelos próprios Surui. Estou preparando os Surui para darmos continuidade no futuro. Além de termos consultores, assessores não indígenas, temos assessores indígenas, com orgulho. Por que é nossa luta, foi o Plano que construiu isso.

Nesse plano maior, cada plano é coordenado por um Surui. O de carbono, o de turismo, o de negócios. Dividimos responsabilidades e implementamos as políticas públicas dentro da aldeia. E para que as pessoas não indígenas entendam o que estamos fazendo, temos que colocar no papel. Não estamos vendendo o nosso território. Vamos propor também. Vamos criar outro plano de manejo na área, que não vai trabalhar com o carbono fixo. Vamos continuar vivendo do mesmo jeito que vivíamos. Sabemos o que queremos, por que queremos e como vamos fazer isso.

Em uma área onde os madeireiros tiraram madeira, nós vamos reflorestar. Estamos fazendo isso desde 2005. Vimos a política de pagamento por serviços ambientais como oportunidade para

o nosso território. Ninguém disse que tínhamos que trabalhar com isso. Para nós, foi um desafio e hoje quase estamos chegando onde queremos chegar: nossa floresta em pé vai valer tantos mil reais. É necessário que dialoguemos com as políticas públicas nacionais e direitos internacionais. Chamamos a FUNAI, o Ministério Público, o Ministério do Meio Ambiente, o Governo do Estado de Rondônia, os Municípios, e dissemos o que estamos fazendo, porque entendemos que isso vai contribuir para o município, para o estado, para a União, para o mundo, não só politicamente, mas economicamente também.

Isso tem sido uma grande experiência para nós, porque temos que falar com o presidente da FUNAI, o ministério do meio ambiente e o ministro da Advocacia Geral da União (AGU), por exemplo.

Será que as 1350 pessoas do Surui estão entendendo tudo isso? Provamos que conseguimos, através do consentimento livre, prévio e informado. O governo não tem aprovação de 100% das pessoas. Nós temos. Mulheres, velhos, jovens, associações, lideranças políticas, acadêmicos, estão discutindo. Se maioria disser que isso será o melhor para o futuro do Surui, vai ser feito. Isso é uma capacidade que temos de dialo-



gar com o povo. Sem povo não somos líderes. Temos um plano estratégico de como valorizar a nossa cultura. Estamos dialogando com o mundo, o pensamento do povo Paiter. Quem quiser conhecer a nossa cultura vai ter que pagar para conhecer. Nunca vamos perder a nossa cultura, porque vai manter, vai gerar emprego, economia. O povo ainda não está preparado para transmitir o conhecimento sobre a floresta. Mas estamos nos preparando para isso. Estamos construindo

no dia a dia. Temos que usar o conhecimento científico, econômico, jurídico como subsídios do desenvolvimento no nosso território e de conhecimento nosso para repassar sobre as florestas. A aliança é necessária. Sozinhos não vamos fazer nada. E a parceria tem que ser construída com respeito, dignidade, diálogo. Como exemplo de parceiros podemos citar: Forest Trends, Kanindé, ECAM (antes ACT), Idesam, Funbio, USAID, Avina, GTA e COIAB.



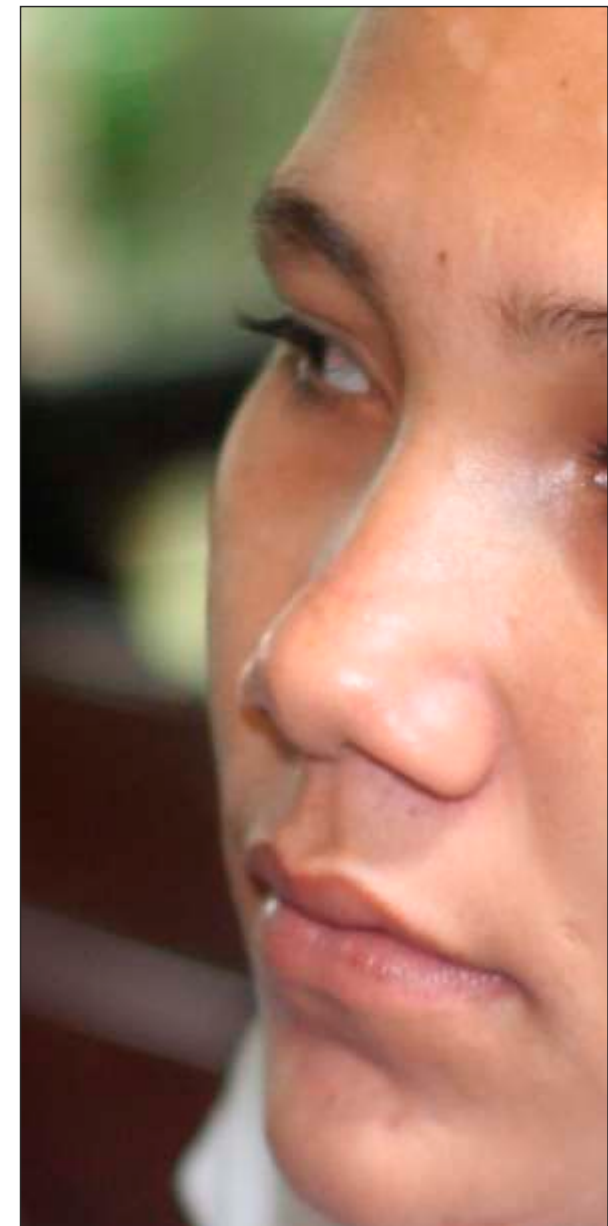
## DIÁLOGOS

Joaquim Tashka Yawanawá pergunta: Como o projeto no começo foi feito para ter o conhecimento livre prévio e informado da comunidade? O que projeto tem trazido de benefício para comunidade?

Assis Gomes Kaxinawá comenta que os Surui estão se formando e voltando para as terras de origem para ajudar no desenvolvimento do seu povo. Aqui no Acre, os que estão se formando e não estão voltando para as suas comunidades.

Isso enfraquece o nosso povo. Hoje quem desenvolve os projetos são os mais velhos, porque os jovens que saem para estudar acabam não voltando.

Haru Kuntanawa pergunta Como o governo de Rondônia está vendo o povo Surui com o plano de 50 anos, principalmente sobre o projeto do Carbono? E como você está lidando com as ameaças que tem sofrido? O podemos fazer para ajudar?



Alberto Domingos Huni Kui quer saber como está sendo trabalhada essa área toda com relação ao carbono. Quando começou a discussão e quando se chegou a um consenso?

Almir Surui responde que foram escolhidas algumas pessoas da aldeia para acompanhar um antropólogo no processo de consulta de consentimento prévio, livre e informado. Essas pessoas tinham capacidade de explicar se houvesse perguntas da própria comunidade. Não é 100% dizendo que sim, mas a maioria disse que era possível e que ia lutar para levar à frente esse processo. O benefício do projeto tem sido o benefício econômico e uma reflexão de que temos que valorizar nossa cultura. E esse valor está na nossa floresta. Não queremos o dinheiro como resultado. Queremos o dinheiro como instrumento de vida e de trabalho para desenvolver. O resultado que se quer é que daqui a 50 anos o nosso território seja mantido do jeito que está. A revista Veja chegou a chamar o Surui de “O maior desmatador da Amazônia”. Cinco anos depois, o mesmo sistema de comunicação chama o Surui de “maior ambientalista do mundo”.

Estamos ajudando o governo estadual a criar a sua lei de mudanças climáticas e de pagamentos por serviços ambientais. Recebemos uma declaração de apoio ao projeto Carbono Surui do Governo do Estado de Rondônia. Temos uma grande aliança, temos um Surui na secretaria de meio ambiente do estado. Esse ano será indicado um assessor indígena para o governador. Recebemos apoio também do Ministério Público Estadual e da FUNAI, que tem colocado a Polícia Federal e agentes florestais para proteger o nosso território. Não queremos só os benefícios. Queremos contribuir também.

Quando denunciemos uma ilegalidade, estamos afetando muitas pessoas que estão sendo beneficiadas dela. Não basta dizer não. Tem que buscar solu-





ção. E essa solução que estamos buscando é a médio e longo prazo. A ilegalidade é de um dia para outro. É muito difícil para pessoas entenderem isso. A minha proteção é cuidar, não sair muito, ficar mais tempo na aldeia. Quando saio, é com cinco Surui juntos. Também procurei a Secretaria de Direitos Humanos, com apoio da FUNAI, para buscar proteção contra as ameaças.

A discussão do Plano de 50 anos começou em 1997. Em 2000 fizemos um diagnóstico. Em 2002 fizemos um mapeamento cultural. Nos últimos anos houve mais avanços, por causa das parceiras que conseguimos. Hoje temos vários instrumentos a serem seguidos pelo nosso povo para fazer gestão do nosso território. Não esperamos só coisas boas. Qualquer projeto pode trazer impactos positivos e negativos. Vamos fazer um estudo de impacto social, econômico e político. Isso é importante por que vamos detectar algum ponto negativo e o impacto que pode acontecer dentro do Surui. E vamos dizer como vamos enfrentar e tentar resolver.



## PRÓXIMOS PASSOS

### Próximos passos na construção do Subprograma Indígena dentro do SISA

Eufran Amaral fez uma recapitulação de todos os pontos debatidos na Oficina. Iniciamos pela discussão do SISA, passamos pelas mudanças climáticas e finalizamos com uma apresentação inspiradora do Almir demonstrando a luta de um povo. Apesar de não ter sido dito, imaginemos os obstáculos que eles tiveram que passar para chegar nesse momento, onde o próprio povo criou e elaborou um projeto do futuro e um programa de compensação por serviços ambientais.

Quando a gente olha de fora da nossa casa, vemos coisas que de dentro não conseguimos ver. Gostaríamos de agradecer ao Almir, à Sônia, representando a COIAB, ao Rubens, representando o GTA, à Comissão Pró-Índio, ao Forest Trends, à FUNAI e às associações indígenas.

Para fazermos uma reflexão sobre a importância de termos uma lei. O SISA foi um avanço do pacto identificado e feito dentro do zoneamento ecológico-econômico do estado, ao estabelecermos a lei como um processo. A construção do plano do Surui começou em 1997. A maioria das terras do Acre já possui um etnozoneamento, já temos um avanço nesse ponto. Dentro do princípio da lei, ela estabelece um marco de reconhecimento dos serviços ambientais, como um benefício para aldeia, município, estado e para o mundo. Os projetos têm que ter conhecimento e permitir resguardar os direitos de cada um dentro de seus territórios. É o primeiro marco jurídico no Brasil. É um caminho que vai





## DIÁLOGOS E REFLEXÕES

ajudar os outros estados para dialogar com o conhecimento. O marco foi construído a partir de muita história, de um processo de construção e que permite o avanço de diversos pontos como os que estamos discutindo aqui.

Para que haja participação, tem que haver conhecimento. Por isso, duas coisas são importantes: a construção dos conhecimentos em encontros como esse e nas aldeias. Para garantir que haja uma participação de via dupla. Cada solução tem que ser de baixo pra cima. Aí a importância da participação nas associações, em eventos, reuniões com a FUNAI, a nível nacional, dentre outros. Vamos fazer reuniões com as lideranças aqui presentes em suas respectivas aldeias e em duas regionais no Acre: Purus e Juruá.

Através das salvaguardas, pretendemos diminuir, minimizar, os possíveis problemas dentro desse processo. Para a adequação das salvaguardas estaduais, usamos como base as recomendações internacionais. Estabelecemos princípios claros, adequados à realidade de cada local. E isso também merece um nível de diálogo constante. Se não tivermos esses três pontos nos diálogos - segurança jurídica, participação e salvaguardas -, não conseguiremos fazer com qualidade.

Os três pontos que gostaríamos de ter mais recomendações de vocês são segurança jurídica, formas de participação e as salvaguardas.





## COMENTÁRIOS

### Siã Kaxinawá

Pelo que entendi tudo que aconteceu aqui é para dar continuidade aos nossos programas em nossas terras. As terras são da União, mas quem cuida delas somos nós. Temos toda a coragem, mas não temos armas para proteger. Mesmo assim os policiais têm medo, nos vigiam de cima. Com essas recomendações, vamos continuar os trabalhos em nossas comunidades. Aprendemos muitas coisas boas, pegamos muitos papéis para estudar depois. Com a informação de todos nós, isso tem muito significado pra gente. Quero acreditar nessa continuidade da educação, da formação. O Acre dá um exemplo em todo o Brasil. Com o ânimo do Surui vamos colocar para frente nossas coisas.

### Haru Kuntanawa

A jurisdição tem que ser tratada com muito cuidado e já avançamos muito, dentro dos termos de como garantir nossos direitos. A parte jurídica deve ser muito bem amarrada. Precisamos de especialistas, advogado, que cheguem às aldeias para explicar essa parte pra gente.

A participação só será efetiva se tivermos um programa exclusivo para os povos indígenas, e não um subprograma. Os subprogramas serão específicos para cada terra indígena. Não temos como dizer que a nossa floresta está guardada com uma estrada atravessando nossas terras, os madeireiros explorando nossas terras.





Gostaria de tratar sobre a regularização das terras indígenas. Não temos que ser tratados como povos à parte. As 14 secretarias do estado que tratam sobre a temática indígena deveriam estar presentes em uma conversa como esta. Precisamos construir um movimento qualificado, que ouve, sabe escutar a comunidade e chega para construir um processo bom para todos. Da próxima vez, é importante avisar com maior antecedência, para que todos possam estar presentes.

### Ninawá Huni Kui

Percebemos a importância da participação dos indígenas tanto no processo de construção, consulta, quanto na execução de todas as ações. A troca de experiência deveria ser o contrário. Os caciques deveriam estar dando a oficina para atrelar ao conhecimento técnico e científico na construção do programa. Sobre as salvaguardas, precisamos pensar em uma política pública de proteção das terras indígena em geral. Aprendi a ver os serviços ambientais além do REDD.

### Valdecir Kaxinawá

Apesar de termos algumas dificuldades com relação a algumas palavras, consegui compreender sobre tudo que foi falado aqui. Devemos estudar como as coisas surgiram. Como surgiram e estudar como que vai ser daqui pra frente. Passamos do tempo do índio e agora estamos no tempo do direito. Gosto de ver o passado, vivenciar o presente para que possamos planejar um futuro melhor. Não queremos que ninguém fale por nós, nós sabemos como as coisas são.

A gente acha que é fácil transmitir o que aprendemos, mas quando che-







gamos lá as dificuldades são grandes. Relembrando o que aprendemos aqui, dando exemplos, e com apoio, vamos conseguir repassar para as nossas comunidades. O trabalho dos agentes agroflorestais me ajudou muito. Antes, eu mesmo derrubava floresta para criar gado. Hoje em dia não fazemos mais isso, graças ao trabalho dos agentes em nossas terras. Cada um aqui está com uma peça para uma casa, e a peça mais importante está nas aldeias.

Na verdade não estamos no mesmo barco. Historicamente fomos divididos. O homem branco ficou com a ciência, a tecnologia e nós ficamos com a natureza. O homem branco não cuidou bem do seu barco e agora precisam da gente, que sempre cuidou do nosso. Não queremos terçados, queremos formação. De agentes agroflorestais, de agentes de saúde, por exemplo. Com isso podemos fazer a gestão das nossas terras.

### Joaquim Maná

Se estamos querendo nos organizar, precisamos fazer isso fisicamente, politicamente. Precisamos de uma formação que vem de fora, mas precisamos nos formar dentro dos nossos conhecimentos, nossas artes, línguas, músicas, nossa alimentação. Questiono a formação que hoje existe. Ao fazermos uma formação de 2.000 horas, não temos nem uma hora voltada para o conhecimento do nosso próprio povo. Precisamos construir um documento de cada povo para que haja a construção da base social de cada um. Fico contente quando vejo as lideranças aqui na frente se expressando. Há 10 anos eram apenas duas ou três pessoas falando. Hoje em dia temos muitas mais. Quando se construiu a primeira constituição brasileira era para acabar com a gente. Dos 290 povos, 180 apenas existem. No Acre, dos 15 povos, 06 são falantes de suas próprias línguas e os







DIÁLOGOS E REFLEXÕES

outros realmente estão ameaçados. Estamos em cima de um muro. Do muro para lá, alguns povos estão definindo o que querem e vão abandonando a comunidade. Outros estão em cima do muro, mas que querem construir a vida social, o conhecimento, mas sempre voltados para as comunidades.

### Shaneihu Yawanawá

A palavra REDD não vai sair da minha cabeça. Por cada apresentação, cada pessoa que falou sobre isso. Percebo que isso não cabe para gente aqui no Acre. Me emocionei em alguns momentos, por que consegui ver que estamos no mesmo barco. O governo e as empresas têm o dinheiro e nós temos o conhecimento. Não é só a floresta que está em jogo. É o nosso conhecimento, o poder da informação que adquirimos dela. Estamos com boas expectativas com relação à FUNAI, com essas novas pessoas que entraram, temos uma relação boa. Com relação aos nossos direitos, a partir de agora, vamos cobrar. Estamos nos formando, em direito, medicina, administração. Vamos cobrar de forma qualificada.

### Antônio Gilberto Baxo Yawanawá

A palavra, a mensagem que tivemos aqui, levarei pra minha aldeia para repassar aos parentes. Ficou mais claro como podemos fazer nossos projetos, nossos trabalhos e fiquei muito feliz com isso. Nós somos donos da floresta, cuidamos e gostamos dela, damos muito valor. Aprendemos a falar o português





## DIÁLOGOS E REFLEXÕES

para entrar em contato com vocês. O que está faltando para reforçar é que precisamos ter mais contato com os órgãos. IBAMA, IMAC, só nos vigiam de longe, não pegam um bote e vão nos visitar, conversar.

### Eufraan Amaral

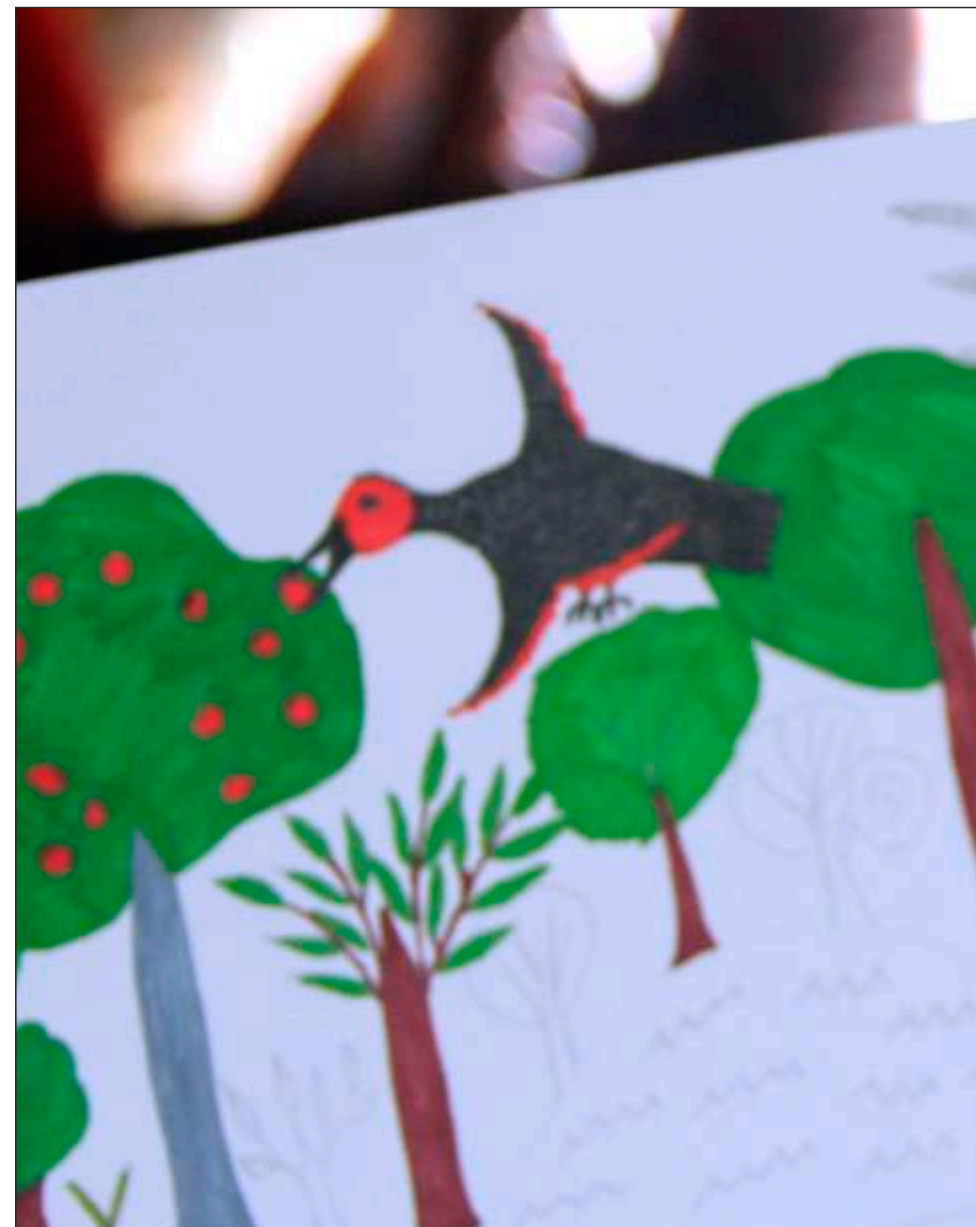
Todos estão no mesmo barco. Todos nós sofremos as consequências das mudanças climáticas. Precisamos de um diálogo com o conhecimento. A partir desse conhecimento temos a garantia dos direitos.





## ENCAMINHAMENTOS

- Ninawá sugere que todo esse processo e informações da oficina vire uma cartilha. Que a divulgação nas comunidades seja a todo tempo de todos os meios de divulgação possíveis;
- É importante que na segunda oficina tenha representante de todas as aldeias e que não demore muito tempo;
- Que a oficina seja realizada em junho, data a ser indicada dependendo dos recursos financeiros, antes da Rio+20. Os participantes venham para a reunião em Rio Branco e daqui seguem para o Rio de Janeiro;
- Que na próxima oficina já se tire um momento de preparação da equipe do acre para o acampamento livre na Rio+20;
- Zezinho também gostaria de propor quando for haver reuniões nas comunidades que a assessoria seja comunicada para que possa estar presente;
- Tashka propõe que seja feito um registro das reuniões das comunidades e enviado para o GT;
- Com relação à alimentação do Observatório que seja uma tarefa do GT. Essas informações também servem como contribuição para o acompanhamento do SISA dentro do Portal;
- Distribuição do relatório até o final de fevereiro. IMC, CPI, AMAIAC e Associação Yawanawá;
- Envio dos relatórios das reuniões nas aldeias por e-mail ou escrito por fax para o IMC ou CPI.









**Instituto de Mudanças Climáticas  
e Regulação de Serviços Ambientais**

